



VI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA REUNIRÁ GRANDES NOMES EM SALVADOR

ACONTECEU NA ANEC

FORMAÇÕES SOBRE OS MAIS IMPORTANTES TEMAS SÃO REALIZADAS PELA ANEC ÀS ASSOCIADAS.

ENTREVISTA

IR. PAULO FOSSATTI, CONSELHEIRO DO CNE E DA ANEC, FALA COM EXCLUSIVIDADE SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

NA DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE SOCIAL, ANEC INTENSIFICA A INCIDÊNCIA POLÍTICA.

BOAS PRÁTICAS

INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS COMPARTILHAM BOAS PRÁTICAS.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2023

TEMA

Fraternidade e fome

LEMA

"Dai-lhes vós mesmos de comer!"

(Mt. 14:16)

A **Campanha da Fraternidade 2023** convida a imitar a misericórdia do Pai repartindo o pão com os necessitados, fortificando nosso espírito fraterno. O tema e o lema do ano tem o objetivo de despertar a solidariedade nos fiéis em relação a um problema concreto que envolve a sociedade brasileira, buscando caminhos de solução à luz do Evangelho.

Conheça as obras exclusivas para trabalhar o tema e o lema na sua escola!



UM EVENTO INESQUECÍVEL

Ensino Fundamental Anos Iniciais
Recomendado a partir do 2º ano

A panela desta história é muito especial. Além de falar, ela está empenhada em uma grande missão: matar a fome de uma porção de pessoas. E quem diria que ir parar numa sala de aula era justamente do que ela precisava para cumprir sua missão?

Temas: Alimentação, Solidariedade, Escola.



QUEM COMPARTILHA MULTIPLICA

Ensino Fundamental Anos Finais
Recomendado a partir do 6º ano

No primeiro dia de aula, uma turma se reúne para conversar sobre um problema que voltou a assolar o Brasil: a fome. Diante do cenário, os alunos querem ajudar quem necessita. Com muita empatia, eles têm uma ideia que vai reverberar pela escola toda, mostrando como é poderoso o ato de compartilhar.

Temas: Alimentação, Solidariedade, Escola.



Escritas por Fernando Carraro

Adote na sua escola! Entre em contato e saiba mais:

0800 772 2300





MAR | ABRIL | MAIO | 2023

04 EDITORIAL**06 IDENTIDADE CONFSSIONAL**

- Sínodo 2023: Igreja participativa e envolvente

08 MANTENEDORAS

- A "nova" Lei da Filantropia
- A Reforma tributária e o impacto para as instituições educacionais

12 EDUCAÇÃO SUPERIOR

- Prouni – Projetos de Lei de iniciativa da ANEC devem corrigir distorções no Programa

14 EDUCAÇÃO BÁSICA

- Protagonismo da educação católica: ANEC participa ativamente dos debates da CONAE 2022
- ANEC envia ao CNE sugestões para as diretrizes do ensino híbrido na educação básica

18 PASTORAL

- Pastoral é experimentação

24 POLÍTICAS EDUCACIONAIS

- ANEC e as políticas educacionais
- ANEC entrega ao ministro da Educação contribuições para solucionar os desafios da educação

28 ENTREVISTA

- Entrevista com o conselheiro do CNE e da ANEC, Paulo Fossatti

31 POLÍTICAS EDUCACIONAIS

- INEP tem apoio da ANEC na revisão de instrumentos avaliativos e em demais análises educacionais
- Discussões acerca do Novo Ensino Médio contam com contribuições propostas pela ANEC

34 CAPA

- VI Congresso Nacional de Educação Católica reunirá grandes nomes da educação, tecnologia e inovação em Salvador, na Bahia

42 ACONTECEU NA ANEC

- Sonhar com os pés no chão: o Planejamento Estratégico da ANEC

- ANEC lança Campanha da Fraternidade 2023

- Curso CEBAS Educação supera vagas revistas e ANEC prevê a realização de nova edição

- Inep conduz Ciclo de Formações sobre as avaliações de aprendizagem do Brasil promovido pela ANEC

- Associadas participam de formações virtuais oferecidas pela ANEC

- ANEC marca presença na Bett Brasil 2023

- Dia ANEC: mais de 10 anos de fortalecimento da educação católica pelo país

- ANEC participa de peregrinação a Roma e tem encontro com papa Francisco

- ANEC apresenta resultados do projeto Indicadores de Desempenho Financeiros das Mantenedoras

58 BOAS PRÁTICAS

- Aulas no metaverso já são realidade nos Colégios Católica de Brasília e de Curitiba

64 PARCEIROS

- Plataforma Redigir

EDITORIAL

ATUAÇÃO EM SINERGIA E EM REDE

Estimado leitor,

É com alegria que nós, da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), compartilhamos com você a primeira edição de 2023 da revista EducANEC, uma publicação que tem por objetivo divulgar matérias específicas da área educacional, assim como artigos e entrevistas com conteúdos que permeiam questões pedagógicas, políticas, pastorais, gestão administrativa, tecnologia e inovação.

Nesta edição, contamos com uma proposta mais consolidada de editorias para tornar sua experiência de leitura mais dinâmica. Na editoria Aconteceu na ANEC, por exemplo, você terá acesso às principais formações realizadas para as associadas pelas Câmaras de Mantenedoras, de Educação Superior e de Educação Básica da ANEC, as quais tiveram como objetivo qualificar, ainda mais, o corpo diretivo, docente e administrativo das nossas instituições ao oferecer conteúdos extremamente atuais e de relevância para o mercado educacional. Além disso, você poderá conferir os principais projetos que vêm sendo desenvolvidos pela ANEC como parte do Planejamento Estratégico – um programa robusto de ações e metas estratégicas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazos.

Em 2023, a ANEC intensifica sua atuação política em prol da defesa de temas que são relevantes para a educação do país. Ao longo da leitura, você saberá mais sobre como a ANEC vem se destacando ao fazer significativas contribuições, por meio da elaboração de documentos norteadores e de notas técnicas, bem como de diálogos constantes sobre as políticas educacionais com parlamentares e órgãos que regulam a educação, como o Ministério da Educação, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Conselho Nacional de Educação e o Conselho de Educação do Distrito Federal.

Este ano também tem sido marcado por mais boas novas. Uma delas – que é um grande compromisso nosso, desenvolvido especialmente para você – é a realização do VI Congresso Nacional de Educação Católica. Esse evento reunirá grandes nomes do setor educacional, além de proporcionar aos congressistas uma verdadeira imersão nas mais variadas tendências do segmento, assim como a vivência de *networking* e o acesso à ExpoANEC, a maior feira de soluções do ramo da educação do país. Toda essa experiência será proporcionada durante três dias (29 e 30 de junho e 1º de julho), em um incrível espaço à beira-mar, em Salvador (Bahia). Contaremos, ainda, com a presença de representantes do Vaticano e de instituições católicas de outros países. As inscrições ainda estão abertas! Acesse o site congresso.anec.org.br, garanta a sua vaga e até lá!

A todas as instituições associadas, reforço os votos para que sigamos em sinergia e em rede na construção de novos diálogos, formações contínuas e estratégias que possibilitem garantir a sustentabilidade econômico-financeira e, principalmente, a formação integral dos nossos mais de 1,5 milhão de alunos.

Tenha uma boa e inspiradora leitura!



PE. JOÃO BATISTA GOMES DE LIMA

Diretor-Presidente da ANEC

A Associação Nacional de Educação Católica do Brasil tem como finalidade atuar em favor de uma educação de excelência, promover uma educação cristã evangélico-libertadora, entendida como aquela que visa à formação integral da pessoa humana - sujeito e agente de construção de uma sociedade justa, fraterna solidária e pacífica segundo o Evangelho e o ensinamento social da Igreja.

CONSELHO SUPERIOR

Ir. Irani Rupolo - Presidente
 Prof. Germano Rigacci Júnior - Vice-Presidente
 Ir. Cláudia Chesini - Secretária
 Ir. Paulo Fossatti - Conselheiro
 Pe. Sérgio Mariucci - Conselheiro
 Ir. Luiz André Pereira - Conselheiro
 Pe. José Marinoni - Conselheiro
 Frei Gilberto Gonçalves Garcia - Conselheiro
 Prof. Silvana Sá de Carvalho - Conselheira suplente
 Prof. Marcia Horta - Conselheiro suplente

DIRETORIA NACIONAL

Pe. João Batista Gomes Lima - Diretor Presidente
 Ir. Adair Aparecida Sberga - Diretora 1ª Vice-Presidente
 Ir. Natalino Guilherme de Sousa - 2ª Vice-Presidente
 Ir. Selma Maria dos Santos - Diretora 1ª Secretária
 Frei Mário José Knapik - Diretor 2ª Secretário
 Ir. Marli Araújo da Silva - Diretora 1ª Tesoureira
 Ir. Ivanise Soares da Silva - Diretora 2ª Tesoureira

CONSELHO EDITORIAL

Pe. João Batista Gomes Lima - Diretor-Presidente
 Guinartt Diniz - Secretário-Executivo
 Fabiana Defflon - Gerente da Câmara de Mantenedoras
 Gregory Rial - Gerente da Câmara de Ensino Superior
 Roberta Guedes - Gerente da Câmara de Educação Básica
 Anna Catarina Fonseca - Gerente de Comunicação e Marketing

ASSESSORIA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Profissionais do Texto

DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Agência Kharis

BANCO DE IMAGENS

Freepik e Adobe Stock

REVISÃO DE TEXTOS

Raquel Cruz

A Revista EDUCANEC é uma publicação da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) .

As matérias publicadas nesta Revista representam a opinião de seus autores

CONHEÇA OS PARCEIROS ANEC





Foto: CELAM

SÍNODO 2023: IGREJA PARTICIPATIVA E ENVOLVENTE

Toda a Igreja está convocada pelo Papa Francisco a percorrer o caminho rumo ao Sínodo, cuja culminância se dará em outubro de 2023, durante a XVI Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos. O Sínodo é um órgão permanente da Igreja que, periodicamente, se reúne para auxiliar o Santo Padre no discernimento das questões mais prementes da evangelização. O tema dessa vez é a própria sinodalidade, entendida como um estilo próprio das comunidades eclesiais se organizarem e se articularem: “Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão”. Assim, o Papa “convida a Igreja inteira a se interrogar sobre um tema decisivo para a sua vida e a sua missão: ‘O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio’”.

A Igreja de Jesus Cristo, ao longo de sua história, concretizou muitos passos e aprendizados. Foi, notadamente, no Concílio Vaticano II (1962-1965), que ela percebeu, com clareza, que o melhor jeito de ser e de caminhar, para bem cumprir a sua missão, é o “jeito sinodal”. Não se trata de tarefa fácil. Exige muita preparação e profunda conversão de todos ao projeto de Deus.

A Sinodalidade é o esforço coletivo e a busca contínua de aprendermos a “caminhar juntos” como irmãos e irmãs que somos. É um jeito de ser Igreja pelo qual cada pessoa é importante, tem voz, é ouvida, capacitada e envolvida na realização da missão. Não se trata mais de estar uns sobre outros, mas de nos colocarmos entre iguais para, juntos, fazermos a experiência de fé, frente

aos desafios internos e externos que se apresentam em nosso dia a dia. Essa visão menos hierarquizada e mais rizomática da Igreja era marcadamente a experiência da Igreja dos primeiros séculos, quando, ainda sem a estrutura institucional, a comunidade cristã era vigorosa no anúncio da Boa Nova em meio à cultura pagã. Hoje, experimentamos novos “paganismos”, por meio de uma cultura secularizada e pouco interessada em instituições, em ações coletivas, demasiadamente individualista e egoíca. A sinodalidade é um conjunto de atitudes por parte das lideranças que reforça a imagem da Igreja como hospital de campanha e não como alfândega, como fermento na massa e não como clube dos santos.

As etapas do Sínodo

O caminho sinodal foi organizado pela Santa Sé em etapas, conforme a linha do tempo a seguir. Em cada etapa, acontece uma fase de escuta das pessoas e comunidades, seguida de um discernimento que se conclui com uma síntese, na qual os principais apontamentos vindos do povo de Deus se consolidam.

Etapa 1 - Preparação:

a Santa Sé preparou todos os documentos orientativos e ofereceu uma formação inicial para favorecer a mobilização das comunidades.

Etapa 2 - Fase Diocesana:

os fiéis do mundo inteiro – leigos, religiosos, ministros ordenados – foram convidados a responder a questionários, participar de assembleias e grupos nas paróquias, comunidades, escolas e universidades católicas. Cada diocese, orientada por seu bispo, fez uma síntese dessas contribuições e enviou para as conferências episcopais, no caso do Brasil, para a CNBB.

Etapa 3 - Fase Nacional:

as conferências nacionais de bispos, como a CNBB, fizeram um documento em que são sintetizados os principais pontos trazidos pelas dioceses. Esse documento foi enviado para as instâncias continentais da Igreja. No caso do Brasil, o órgão é o Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho (CELAM). Nessa etapa, acontecerão reuniões continentais para consolidar os posicionamentos e oferecer ao Papa uma visão da região. Cada conferência produzirá um documento – serão sete ao todo: América do Sul, América do Norte, Europa, Ásia, Oceania e Oriente Médio.

Etapa 4 - Assembleia final do Sínodo:

realizada em Roma, no mês de outubro, a assembleia reúne bispos do mundo inteiro, delegados pelos respectivos países. No fim do encontro, espera-se que a Igreja acolha um novo documento eclesial, com direcionamentos para os próximos anos.

Última etapa - Exortação Apostólica do Papa Francisco:

a exortação é um solene pronunciamento do Papa, que oferece um encaminhamento espiritual e prático para as comunidades. Como exemplo, temos a *Amoris Laetitia*, fruto do Sínodo de 2015 sobre a família, a *Christus Vivit*, resultado do Sínodo sobre a juventude, ocorrido em 2017, e *Querida Amazônia*, documento pós-sinodal do Sínodo da Amazônia de 2019.

As escolas católicas e o Sínodo

As escolas católicas participaram, ativamente, do Sínodo dos Bispos 2023. Para isso, enviaram contribuições para as paróquias e dioceses em que estão inseridas. A ANEC também participou, local e continentalmente, enviando contribuições para a CNBB e para o CELAM durante a Assembleia Eclesial da América Latina em 2021. Nos diversos espaços oferecidos pela ANEC – Grupos de Trabalho, Fóruns Estaduais de Gestores, Fóruns Nacionais de Reitores e de Presidentes de mantenedoras – também se vive a experiência sinodal: escuta, discernimento e participação envolvendo todos e buscando o bom do todo.

*Nós olhamos para as mãos de Cristo. Com elas toma o pão e, tendo recitado a bênção, parte-o e o dá aos discípulos, dizendo: «Isto é o meu corpo». Depois toma o cálice e, depois de dar graças, oferece-o dizendo: «Isto é o meu sangue» (cf. Mc 14, 23-24). O que vemos? Vemos mãos que agradecem enquanto recebem. As mãos de Jesus tocam o pão e o vinho, o corpo e o sangue, a própria vida, e agradecem, recebem e agradecem porque sentem que tudo é dom do Pai. Não é por acaso que os Evangelistas, para indicar a sua ação, usam o verbo hebraico *lambano*, que indica ao mesmo tempo “tomar” e “receber”. Façamos, portanto, harmonia dentro de nós mesmos, tornando também nossas mãos “eucarísticas” como as de Cristo e acompanhando o toque, em cada contato e aperto, com uma gratidão humilde, alegre e sincera.*

Discurso aos reitores das universidades romanas em 25 de fevereiro de 2023.



ACESSE O QR CODE E CONFIRA O DISCURSO COMPLETO



A “NOVA” LEI DA FILANTROPIA

Será que a Lei Complementar n. 187/2021 finalmente põe um termo final no debate que nos tomou cerca de 20 anos?

por *Hugo Sarubbi Cysneiros de Oliveira*

Se, por um lado, todos podemos concordar que o tempo está passando muito rápido, por outro, a sensação de que a correria do dia a dia nos atropela não consegue inibir os terríveis efeitos de processos letárgicos. Quem milita no mundo da advocacia, da assistência social ou da contabilidade com atenção às entidades certificadas beneficentes, além – óbvio – dos próprios gestores e inúmeros outros assessores dessas organizações, sabe o quão danoso foi para o setor a prestação jurisdicional tardia e, ainda, a atividade legislativa claudicante em torno do que hoje se chama de “nova” Lei da Filantropia.

As aspas do título, claro, são propositais. São uma deliberada ironia que busca demonstrar que a suposta novidade findou por tentar dar cores finais a um texto legal que, em muito, repete outros que contam com muitos anos de editados. Em concreto, uma vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) pacificou a discussão que, convenhamos, não demandava tantas décadas de debates, o Congresso Nacional entendeu por bem, basicamente, repetir os comandos da Lei n. 12.101/2009, com a redação trazida pela Lei n. 12.868/2013.

Não é justo sintetizar todo o processo afirmando que a atual norma que regulamenta o procedimento de certificação das organizações da sociedade civil não passa da lei ordinária anterior com um rótulo de lei complementar. No entanto, é inegável que ambos os diplomas guardam profunda semelhança. Ao contrário do que se observou nas gêneses das leis ordinárias anteriormente citadas, as duas surgidas à sombra de medidas provisórias muito especuladas, mas pouco debatidas, a presente Lei Complementar mereceu franco diálogo entre diversos atores da sociedade civil, em especial na Câmara dos Deputados, com destaque para a própria Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), inclusive porque o itinerário legiferante assim pedia.

De qualquer forma, o modelo de atendimento de contrapartidas como condição para a emissão do



Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social nas respectivas áreas preponderantes de educação, saúde e assistência social pelos Ministérios competentes restou preservado. É fato que respeitáveis vozes ainda se levantam contra tal expediente, em apertada síntese, sob o argumento de que as ditas contrapartidas relativizam indiretamente o instituto constitucional imunitório. Com todas as vênias, tanto nos votos das chamadas ADIs da Filantropia, quanto no julgamento do RE (566.622), o STF, claramente, chancelou condicionantes à fruição da imunidade em voga, como a concessão compulsória de bolsas de estudos, o atingimento de percentual de atendimento por meio do Sistema Único de Saúde etc. Crê-se, portanto, que não há maiores chances de se ver tais medidas impugnadas pela Suprema Corte em eventual medida judicial a ser movida.

Sem querer esgotar a temática, se tivermos de apontar aqui o que poderiam ser chamadas de principais novidades, em primeiro lugar, o texto da norma finalmente sepulta a anacrônica discussão acerca da

inexistência da relação jurídico-tributária, ratificando que se está diante de uma hipótese de imunidade (vide art. 1º) – e não isenção –, esclarecendo histórica confusão decorrente da desastrada redação do § 7º do art. 195 da Constituição Federal. No esteio dessa constatação, projetam, retroativamente à data do pedido de concessão, os efeitos da certificação (art. 36), ainda que, por coerência com a natureza declaratória do CEBAS, tais efeitos devam retroagir ao momento do atendimento das condições postas pela lei, mesmo que o pedido seja mais tardio (aliás, é o que ainda ensina a Súmula 612 do Superior Tribunal de Justiça).

Inovadoras também são: a possibilidade de cômputo de bolsas de estudo concedidas por força de Convenções Coletivas de Trabalho, desde que observados certos aspectos trazidos pela própria norma (art. 20, §6º); a extensão da validade dos certificados vigentes quando da edição da norma, cujo requerimento de renovação não tenha sido apresentado até a data de sua publicação, validade que foi prorrogada até 31 de dezembro do ano subsequente ao do fim do prazo de validade atual (art. 40, §1º).

Neste reduzido ensaio, é obrigatório fazer veementes críticas à falta de regulamentação da Lei Complementar n. 187/2021. Passados quase 14 meses da sanção dela, sobram especulações, mas faltam sinais claros da publicação do decreto que, obrigatoriamente, precisa ser editado pelo presidente da República. É certo que estamos diante de um governo que acabou de debutar em seu mandato e é por isso que se renovam as esperanças de que o tema merecerá melhor prestígio do que o observado na gestão anterior.

As organizações acabam de inaugurar o segundo ano de atividades, já sob a égide da então chamada nova lei e sem um decreto regulamentador. Como consequência, as necessárias Portarias Ministeriais praticamente ferem de morte o diploma publicado

em dezembro de 2021. Na prática, tem-se uma lei, em boa parte, inaplicável, pois importantes pontos clamam pela regulamentação, até agora negada pelo Executivo Federal. São inúmeros os pontos que esperam pelo decreto e a inexecutabilidade dele antecipa uma nova onda de judicialização, caso pedidos de renovação ou de concessão de certificados venham a ser indeferidos, sob o argumento de que as obrigações correspondentes não foram atendidas.

Mais ainda: é agonizante ver centenas de pedidos que já contam com anos de tramitação e que, obrigatoriamente, precisam ser apreciados, decididos e deferidos sem que se leve em conta as antigas regras julgadas inconstitucionais, aparente desprestígio ao que aponta o art. 41 da norma. São conhecidas as limitações da máquina pública, mas a demora no atendimento e/ou a falta de notícias sobre uma decisão política que vise o esvaziamento desse estoque coloca(m) incontáveis entidades em permanente agonia.

Enfim, espera-se que, em brevíssimo futuro, esses e outros temas venham a compor uma pauta positiva de trabalho. É certo que as entidades representativas do setor são enfáticas ao estender as mãos ao poder público, pois têm convicção de que apenas um trabalho conjunto renderá efetivos frutos. Em relação a tal propósito, a ANEC já assumiu claro compromisso!



Hugo Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Assessor jurídico da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil



A REFORMA TRIBUTÁRIA E O IMPACTO PARA AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

por *Napoleão Alves Coelho*

O Sistema Tributário Nacional é formado por um conjunto infindável de normas que, dentro de uma ordem jurídica, impõem pesado fardo àqueles que se submetem, de maneira compulsória, aos comandos desse cipoal normativo.

Tais fatores, agregados à elevadíssima carga tributária, fazem com que a sociedade organizada busque remédios para combater esse mal, já enraizado na cultura fiscalista que emana do Erário.

Porém, não há como conceber a existência do Estado Democrático de Direito sem uma estrutura tributária que lhe permita sustentar os direitos por ele estabelecidos.

A partir dessa compreensão, também é sabido que os excessos impetrados pela máquina estatal não contribuem para o desenvolvimento da sociedade.

Nesse caldeirão, permeiam os mais diversos interesses, que induzem a sociedade a buscar solução para um problema de tamanha monta: reforma tributária.

Essa pauta, debruçada insistentemente sob a

mesa do Congresso Nacional, em nada tem de novidade. Persiste, na sua necessidade, há mais de 25 anos, sem, contudo, alcançar patrocínio necessário para um desfecho que possa contribuir para uma sociedade mais equânime, igualitária, de sorte que o princípio da capacidade contributiva seja a mola mestra a gerar o que denominamos de Justiça Tributária.

Adentramos um período em que tanto Congresso Nacional quanto Poder Executivo e sociedade civil organizada atestam a necessidade de uma reforma tributária, sendo ela decantada por todos como prioridade.

Apesar do caráter público e do alcance do bem-comum que a reforma tributária pode produzir, por envolver interesses diversos, reconhece-se a dificuldade da sociedade em avançar com o tema.

No entanto, de acordo com as propostas legislativas em trâmite no Congresso Nacional, percebe-se uma tendência de que a reforma tributária, nessa atual etapa, tenha como pressuposto de regulação patrocinar, de forma contundente, a sim-

plificação do Sistema Tributário Nacional, aliado a uma tímida redução de carga tributária.

Caminham, na seara legislativa, propostas de emenda constitucional: a PEC n. 110/2019, do Senado Federal, e a PEC n. 45/2019, da Câmara dos Deputados, que, recentemente, agregou-se à PEC n. 46/2022, também do Senado Federal. Essas três propostas de emenda à Constituição têm como fundamento comum a busca da simplificação do Sistema Tributário Nacional, aqui denominado por nós de cipal normativo.

Essa simplificação está ancorada na unificação de tributos. No caso da PEC n. 45/2019, pretende-se unificar como um único imposto: PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Já a PEC n. 110/2019 busca a unificação dos seguintes tributos, também num único imposto: IPI, IOF, PIS-PASEP, Cofins, CIDE, Salário-Educação, ICMS e ISS.

Muito embora haja grande dificuldade dos entes políticos em alçarem voo direcionado à redução da carga tributária por implicar em abdicação de receitas, a simplificação do Sistema Tributário Nacional é, de qualquer modo, muito bem-vinda. Inclusive, para o próprio Terceiro Setor, do qual integram as associações que fazem parte da ANEC.

Porém, no que tange à imunidade tributária, já sabido da ânsia arrecadatória permeada pela Fazenda Pública, chama-nos a atenção a natureza dos tributos propostos para compor a unificação, tendo como propósito de resultado a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), seja como impostos e também como contribuições sociais.

As propostas legislativas aqui reportadas remetem, na unificação de tributos como simplificação do Sistema Tributário Nacional, à criação do chamado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Assim considerando, podemos depreender que tal chancela, por parte do Congresso Nacional, pode gerar um ganho efetivo por parte das instituições que usufruem da limitação ao poder de tributar do Estado, garantida constitucionalmente no art. 150, inc. VI, c, como também no §7º do art. 195, ambos da CF/1988. Isso porque, impostos, como ICMS e IPI, atualmente fora do escopo da imunidade tributária garantida para fins de tributação de impostos sobre patrimônio, renda e serviços (art. 150, inc. VI, c, CF/1988), a partir da reforma tributária, poderão incorporar-se ao conceito do IBS, na hipótese de incidência subsumida à imunidade em comento.

O que nos preocupa é que esse entendimento

pode não prevalecer, no caso de aprovação desse modelo de tributação. Queremos significar que a criação do IBS tem como fonte de inspiração os moldes estabelecidos pelo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), aplicado em vários países que congregam a economia líder mundial, típico da tributação de produção e comercialização de bens, que, no caso, será agregado, também, à produção de serviços.

Caso prevaleça esse pressuposto para o IBS, a imunidade tributária das associadas à ANEC, em especial, daquelas que usufruem da imunidade de contribuições sociais, poderá ser impactada por uma majoração com imposição de carga tributária a instituições até então imunes à operação. No atual *status* normativo, essas instituições gozam da imunidade tributária das contribuições sociais. Se considerarmos a unificação do IBS envolvendo PIS e Cofins, além dos demais tributos citados, como um imposto tipicamente incidente sobre consumo de bens e serviços, acresça-se esse ônus à estrutura de gastos desse escol de instituições.

Ao fim, resta-nos concluir que o processo de criação de leis é um fato social que demanda a participação de muitos. Cabe, nesse sentido, às organizações que integram o Terceiro Setor e que gozam de imunidade tributária chancelada como cláusula pétrea na Constituição Federal buscarem a efetiva participação nesse processo. E isso não somente pela validação do que o STF convencionou denominar de contrapartidas, reportando-se aos benefícios gerados pelas entidades à sociedade, como também à ausência de capacidade contributiva como pilares da imunidade tributária, até então, outorgada pelo Constituinte.



Napoleão Alves Coelho

Advogado e contador, membro do GT de Assessores e do GT Tributário da ANEC.



PROUNI – PROJETOS DE LEI DE INICIATIVA DA ANEC DEVEM CORRIGIR DISTORÇÕES NO PROGRAMA

Protocoladas no fim de 2022 pelo então deputado federal Israel Batista, as proposições tratam dos entraves relacionados às IESs filantrópicas

por **Comunicação ANEC**

Em sintonia com os anseios e as demandas das instituições de ensino superior filantrópicas, a ANEC intermediou a apresentação, no âmbito da Câmara dos Deputados, de duas proposições legislativas que visam solucionar problemas relacionados ao Programa Universidade para Todos, o Prouni. De autoria do ex-deputado federal Israel Batista, o Projeto de Lei n. 304/2022 e o Projeto de Lei Complementar n. 162/2022 buscam equalizar as disposições legais para que as IESs portadoras de Certificação de Entidades de Assistência Social (CEBAS) não sejam penalizadas na proporcionalidade de bolsas ao aderirem ao Programa.

Desde meados de 2022, as IESs filantrópicas enfrentam dificuldades para concluir os termos de adesão no Sistema do Prouni, pois, a partir da nova legislação, aprovada em maio, o SisProuni passou a operar com novos critérios, que desconsideram as bolsas já oferecidas pelas instituições. “O principal aspecto, do ponto de vista legal, é tornar justa a proporcionalidade de bolsas Prouni oferecidas pelas IESs filantrópicas, uma vez que, enquanto portadora de CEBAS, já oferecem o número expressivo de bolsas de estudo. Outro ponto importante é recuperar o direito das IESs de distribuírem as bolsas conforme curso e turno, de acordo com a demanda local, uma vez que cada região do país tem um perfil e uma ne-

cessidade”, explica o gerente da Câmara de Ensino Superior da ANEC, Gregory Rial.

Com a tramitação e a aprovação dos projetos de lei, a ANEC espera corrigir um equívoco entre a Lei Complementar n. 187/2021, que regula a filantropia no Brasil, e a Lei n. 11.096/2005, que regula o Prouni. As IESs filantrópicas, por gozarem do CEBAS, possuem um regime fiscal diferenciado e, portanto, as regras do Prouni precisam respeitar essas condições. A atual legislação, mudada no meio do ano passado, cria um impasse de maneira que as instituições acabam por oferecer o dobro da quantidade de bolsas. Isso porque a nova regra do Prouni desconsidera as bolsas da filantropia para o cálculo das bolsas Prouni, ou seja, é como se alunos bolsistas fossem considerados alunos pagantes.

Inclusão social e sustentabilidade – Além de contribuir com a viabilidade e a sustentabilidade das IESs filantrópicas, o Prouni cumpre um importante papel na expansão do número de vagas no ensino superior brasileiro. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as IESs filantrópicas oferecem mais de 129 mil bolsas por meio do Prouni. O Programa é um instrumento potente de inclusão social, emancipação e diminuição das desigualdades. No caso das IESs católicas, há uma consciência muito clara de que o Programa é necessário não só para o atingimento

das metas de expansão do ensino superior no país, como também para se alcançar justiça social.

Além de corrigirem as distorções no número de bolsas ofertadas, os projetos de lei apresentados devem tornar a legislação mais clara e solucionar, ainda, questões operacionais, que surgem, anualmente, a cada processo de adesão/renovação em relação ao Prouni. “Nosso objetivo é evitar que o Prouni prejudique as IESs Católicas, colocando em risco a qualidade do serviço que elas ofertam. Vale recordar que as IESs Católicas, além da excelente formação acadêmica, oferecem suporte para a manutenção do estudante no curso, criam espaços de formação humana e espiritual e permitem que o universitário se envolva concretamente com a comunidade”, complementa Gregory.

Tramitação – Protocolados no fim do ano passado, os projetos aguardam despacho da Mesa Diretora da Câmara, a fim de serem distribuídos para as comissões temáticas da Casa. A ANEC, por meio da sua assessoria parlamentar, acompanha de perto a tramitação desses e de vários outros projetos que tratam dos interesses das instituições de ensino católicas. O objetivo é contribuir para que esses projetos possam ser discutidos, aprimorados e aprovados o mais breve possível.





Foto: Reprodução do Youtube | Ministério da Educação

PROTAGONISMO DA EDUCAÇÃO CATÓLICA: ANEC PARTICIPA ATIVAMENTE DOS DEBATES DA CONAE 2022

Realizado entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro de 2022, em Brasília, o encontro resultou na aprovação de documento contendo metas e diretrizes para a educação brasileira

por **Comunicação ANEC**

Como membro do Fórum Nacional de Educação (FNE), a ANEC participou ativamente, com três representantes, das etapas municipais, estaduais e nacional, da CONAE (Conferência Nacional de Educação), que ocorreu entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro de 2022, em Brasília. Com o tema *Inclusão, Equidade e Qualidade: compromisso com o futuro da educação brasileira*, a conferência teve como objetivo definir os rumos das políticas educacionais do país, além de subsidiar a construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que terá vigência de 2024 a 2034.

Integrante do FNE como representante da ANEC, a gerente da Câmara de Educação Básica, Roberta Guedes, destaca a importância da participação dos representantes das instituições de ensino confessionais na CONAE, oportunidade em que foram apresentados as demandas e os anseios dos gesto-

res, educadores, professores, diretores e supervisores das escolas católicas de todo o país.

“A ANEC percebe a importância estratégica de fazer parte do FNE e de atuar diretamente nas CONAEs, entendendo que nós lutamos por uma educação de qualidade social, por um pacto educativo, como foi pedido pelo Papa Francisco. Nesse sentido, entendemos que as políticas públicas precisam levar à equidade e à diminuição das desigualdades sociais. As escolas católicas se posicionam sempre a favor de políticas de inclusão social e o trabalho que elas fazem sempre vem ao encontro de dar condições para que todas as infâncias e juventudes aprendam e tenham garantido o seu direito básico à educação”, salienta Roberta, que também representou a ANEC na CONAE 2022.

Escola do Futuro – Integrante do Conselho Superior da ANEC, o Pe. Sérgio Mariucci, reitor da

Unisinos, também participou da CONAE. Dentre os desafios propostos no documento final da conferência, o educador chama a atenção para a “escola do futuro”.

“Há muitos desafios. É claro que os temas de equidade e qualidade se impõem, e, bem por isso, a CONAE reverbera o que já foi preconizado nas últimas conferências da UNESCO e no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) quanto à meta de educação. Entretanto, prefiro focar em um outro grande desafio, especificamente os temas contidos nos subeixos do Eixo 2, que trata da chamada ‘escola do futuro’ e sua relação com as tecnologias. O desafio é evitar tanto um ‘messianismo tecnológico’ e acharmos euforicamente que, agora, sim, encontramos o caminho do futuro, a tecnologia digital, bem como evitar o ‘negacionismo tecnológico’ que destaque mais os medos da mudança do que a coragem e a criatividade necessárias para se avançar em métodos que assegurem melhor qualidade no processo de ensino e aprendizagem”, afirma o reitor.

Com ampla trajetória em todos os níveis educacionais, Pe. Sérgio explica que os subeixos apontam caminhos seguros para que o acesso às possibilidades digitais não acirre, mas, sim, resolva o *déficit* no acesso à educação de qualidade. “Para as escolas e redes conveniadas à ANEC, o desafio é não cair na tentação consumista de adquirir artefatos, aparelhos e acreditar nisso como o mapa do futuro. O documento da CONAE prioriza pessoas e nunca é demais dizer que as tecnologias nos levarão aonde as pessoas quiserem ir. O documento-base que emerge da CONAE nos coloca a caminho de uma educação inclusiva, democrática e tecnológica”, acrescenta.

Acesse o QR Code ao lado e confira o documento-base construído na Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2022 como diretriz para a construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE 2024 - 2034), com a contribuição da ANEC.



PNE 2024/2034 – Versando sobre projeções de cenários e metas desejáveis para o novo Plano Nacional de Educação, Pe. Sérgio avalia que a CONAE se constituiu como um espaço privilegiado para o planejamento das políticas educacionais futuras, bem como para a avaliação e o balanço das metas

atingidas e não alcançadas no PNE atual.

“Penso que temos muito a aprender e a percorrer no âmbito da convergência necessária entre inclusão, equidade e qualidade na educação. Planejar políticas educacionais que efetivem processos de



equidade e qualidade no Brasil é tão urgente quanto difícil. Uma entidade como a ANEC pode sempre contribuir no debate democrático quanto à defesa da estabilidade de políticas e práticas comprovadamente bem-sucedidas e evitar que, a cada novo governo, haja revisão de conquistas. Atualmente, vivemos um contexto favorável à retomada de conquistas de políticas em benefício da equidade, inclusão e democracia. Nesse sentido, esperamos que seja definitivamente afastada a proposta do ensino domiciliar, bem como outras propostas esdrúxulas, incongruentes com os avanços dos Planos Nacionais de Educação, realizados nas primeiras duas décadas deste século”, alerta o reitor.

Para a professora Cláudia Lima Gonçalves, que integra o GT Pedagógico Nacional da ANEC, apresentar contribuições para a construção do novo PNE foi, sem dúvida, o maior desafio vivenciado por todas as entidades, os educadores, as autoridades e os representantes da sociedade civil que participaram da construção do documento orientador elaborado na CONAE 2022. “Caberá ao novo PNE dar conta, além dos objetivos não alcançados no documento 2014-2024, de toda a demanda e lacunas que a pandemia de covid-19 trouxe. Importante lembrar que a versão do documento base elaborado em 2022 prevê ações para situações pandêmicas e outras crises que, porventura, possam surgir.”

Além de contribuir com a sua elaboração, Cláudia Lima Gonçalves destaca a importância da fiscalização coletiva, em especial por parte das IESs católicas, quanto à efetiva implementação das diretrizes e metas previstas no documento base da CONAE, assim como do novo PNE, que deverá ser discutido e aprovado ao longo deste ano, no âmbito do Congresso Nacional. “Diante de um cenário que necessita da colaboração da sociedade para a melhoria do ensino, podemos dizer que é importante a união de esforços de todos os brasileiros para que o novo PNE seja, de fato, um documento norteador de políticas públicas efetivas para a educação brasileira. Cabe a nós, agora, monitorar e avaliar cada uma das metas estabelecidas, para que sejam realmente desenvolvidas, seja através de políticas públicas ou do planejamento de ações nas instituições de ensino”, complementa.

ANEC ENVIA AO CNE SUGESTÕES PARA AS DIRETRIZES DO ENSINO HÍBRIDO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Desenvolvidas pela Câmara de Educação Básica, as contribuições técnicas devem subsidiar a resolução, que será elaborada pelo Conselho Nacional de Educação em torno do tema

por **Comunicação ANEC**



Com o objetivo de contribuir com as discussões, no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE), em torno das diretrizes orientadoras do ensino híbrido na educação básica, a ANEC enviou ao colegiado, no mês de fevereiro, um documento contendo diversas avaliações e sugestões sobre o tema. Elaborado pela Câmara de Educação Básica, o documento versa sobre as principais abordagens de ensino baseadas em metodologias de ensino presencial, combinadas com ambientes virtuais de aprendizagem.

Um dos principais desafios em torno do tema, de acordo com a gerente da Câmara, Roberta Guedes, é assegurar igualdade de acesso às tecnologias de aprendizagem em todas as camadas sociais. “Para a ANEC, fica muito claro que a questão da abordagem híbrida, enquanto processo

pedagógico, é positiva, mas, enquanto processo social, depende de políticas públicas de combate à desigualdade, para que todos tenham acesso às mesmas condições de conectividade e de utilização do ensino híbrido”, alerta.

O isolamento social provocado pela pandemia, que levou à suspensão das aulas presenciais no Brasil e em todo o mundo em 2020, é apontado pela educadora como um exemplo de desigualdade de acesso às tecnologias de ensino e aprendizagem.

“A ANEC se posiciona favoravelmente a uma abordagem híbrida na educação básica quando se refere aos aspectos metodológicos, de composição de aprendizagens dos nossos estudantes. No entanto, temos alguns desafios que precisam ser considerados. O primeiro deles é a necessidade da implementação de uma política de conectividade para todas as infâncias e juventudes. Sabemos que a pandemia agravou a desigualdade social. Quem era mais vulnerável, durante o uso do ensino híbrido,

não conseguiu ter acesso às mesmas condições de conectividade de outros estudantes com melhores condições financeiras, com acesso à internet, celulares ou computadores”, explica.

Embora tenha evidenciado as desigualdades de acesso às tecnologias de ensino, em especial por parte das camadas mais vulneráveis da população, por outro lado, explica Roberta, a pandemia também foi a grande responsável pelo avanço na viabilidade do ensino híbrido no país. “No período de isolamento social, as escolas católicas, assim como todas as demais do país, tiveram que, em pouquíssimo tempo, aprender e utilizar práticas híbridas de ensino para que não tivéssemos tantas perdas de aprendizagem. Então, a pandemia, as medidas emergenciais, e mesmo o retorno ao presencial, com a recomposição da aprendizagem, fizeram com que as escolas se instrumentalizassem, e, para isso, tivemos que fazer uma virada institucional muito grande, no que se refere à garantia de conectividade e de acesso aos dispositivos tecnológicos”, destaca.

CONTRIBUIÇÕES

Dentre as sugestões enviadas pela ANEC ao CNE, está a reformulação das estratégias de avaliação dos alunos no contexto de ensino híbrido. “Nos processos de ensino e aprendizagem híbridos, a validação, principalmente daquelas experiências não presenciais, deve estar amparada e qualificada pela avaliação de evidências, por resultados concretos dos exercícios de ‘mão na massa’, por resultados observáveis, computáveis e aplicáveis, relativos às competências que se objetivam desenvolver”, destaca o documento.

Com relação à distribuição da carga horária no formato híbrido, a instituição sugere que, “levando em conta que o Ensino Médio já utiliza 20% da carga horária como não presencial, e se considerarmos que o art. 32, § 4º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) autoriza o uso da atividade não presencial para o Ensino Fundamental como enriquecimento curricular ou enfrentamento de si-

tuações de emergências, torna-se adequado o uso de até 20% da carga horária com atividades não presenciais, sugerindo bom senso na aplicação de forma gradual, observando a crescente maturidade do alunado, em consonância com a idade deles”.

O parecer trata, ainda, sobre diversos outros aspectos pertinentes à educação básica, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o ensino híbrido na educação de jovens e adultos, abordagens pedagógicas, metodologias de ensino e aprendizagem, entre outros. “Com essas sugestões e análises técnicas, esperamos contribuir para os debates do CNE acerca da regulamentação do ensino híbrido, colocando-nos à disposição para o aprimoramento deste documento, que tem como finalidade estabelecer as diretrizes do ensino híbrido na educação básica brasileira”, afirma a Ir. Adair Aparecida Sberga, presidente da Câmara de Educação Básica da ANEC.



PASTORAL É EXPERIMENTAÇÃO

Não é possível experimentar mudanças se continuarmos a fazer as coisas sempre da mesma maneira. Na Pastoral, somos convidados a experimentar “novos jeitos de ser Igreja”.

por **Fr. Mário José Knapik** e **Gregory Rial**

A equipe de Pastoral vivenciou uma situação inesperada em relação ao retiro com os jovens. Isso porque ela se preparou por tanto tempo, mas não teve a adesão que esperava: primeiro porque foram poucos os inscritos, depois que os estudantes estavam desinteressados, “brincando” durante as palestras, ninguém levou a sério os momentos de oração. Então, um ar de decepção rondava a sala da equipe de Pastoral. Alguns se perguntavam: onde foi que erramos? Outros, resignados, davam-se por vencidos: jovens são assim mesmo, sempre foram assim e sempre serão – não há o que fazer.

É neste momento que podemos observar como a Pastoral está “engessada” em nossas expectativas e como, sem perceber, fazemos uma evangelização de

conveniência. Quando propomos alguma atividade de evangelização, pressupomos a resposta que teremos: envolvimento, engajamento e interesse. Quando não temos a nossa expectativa correspondida, sentimos que a nossa maneira de pensar, planejar e conduzir a Pastoral precisa ser repensada, ressignificada e reorganizada. Poderíamos levantar várias questões a partir de muitos pontos de vista: será que oferecemos algo que os estudantes realmente buscavam? Será que nossa linguagem foi adequada e acessível, falando a realidade deles? Será que a nossa visão de Igreja e de evangelização não está muito formatada por uma Pastoral de décadas passadas? Certamente, há muito que analisar, rever, mas um fato é inegável: a Pastoral é experimentação.

Isso significa dizer que a dimensão pastoral de uma escola ou universidade católica não é um espaço dado e garantido, mas sempre algo a se conquistar e construir. E, muitas vezes, acreditamos que o problema está no rebanho, e não no pastor. Isso é tão verdadeiro que, se observarmos nossa conduta, mesmo sabendo que nossas estratégias não funcionam, ainda insistimos em repeti-las porque acreditamos que o que fazemos está certo e que só pode ser assim. Admitir que a Pastoral é um espaço de experimentação significa reconhecer que nossos métodos sempre estão atrasados com relação às necessidades e expectativas do público que atendemos. Obviamente, isso não significa que tenhamos de modelar o discurso a partir do que as pessoas querem ouvir, mas que precisamos ter uma flexibilidade metodológica que nos permita dizer o que elas precisam escutar de maneira que elas consigam entender.

Vinho novo em odres novos

Entender a dimensão experimental da Pastoral é admitir que vamos errar bastante, que não existe “receita de bolo”, que precisamos ousar e sermos inventivos. O Papa Francisco já alertava quanto a isso na *Evangelii Gaudium*: “as escolas católicas, que sempre procuram conjugar a tarefa educacional com o anúncio explícito do Evangelho, constituem uma contribuição muito válida para a evangelização da cultura, mesmo em países e cidades onde uma situação adversa nos incentiva a usar a nossa criatividade para se encontrar os caminhos adequados”. A questão é que, para viver uma Pastoral experimental e criativa, teremos de renunciar aos modelos de evangelização do passado – eles, talvez, não funcionem mais porque o mundo é justamente outro.

Jesus disse “vinho novo em odres novos” (Mt 9, 17). O Evangelho é sempre um vinho novo a ser derramado em odres novos. Quem tenta colocar esse vinho novo em odres velhos vai vê-los arrebentar. Nós persistimos em “prender” o frescor do Evangelho nas estruturas envelhecidas e somos resistentes quando nos são oferecidas oportunidades de fazer diferente. Às vezes, usamos o argumento da “tradição” e esquecemos que a Tradição da Igreja – com T maiúscula – é, também, vinho novo: embora seja resultado de dois milênios de vivências, é sempre oriunda do Espírito Santo que “faz novas todas as coisas” (Ap 21, 5).

A partir do conceito de experimentação, o Setor de Pastoral de uma escola católica é entendido como um laboratório, ou seja, como um espaço em que serão testados jeitos e metodologias de evangelizar. Um laboratório não é um espaço descontrolado. Muito pelo contrário. Graças aos protocolos e às normas de segurança é que o laboratório produz coisas novas. Usando a analogia, no laboratório Pastoral, os protocolos e as normas são o Magistério da Igreja e a novidade vem da ousadia em testar elementos novos, linguagens diferentes, com estratégias de ação que façam sentido. Se entendermos que tudo comunica no ambiente pastoral, se nos convenceremos de que é preciso haver planejamento e intencionalidade, nós conseguiremos experimentar coisas novas e boas.



Fr. Mário José Knapik

Mestre em Educação, com especialização em Psicologia Organizacional, em Finanças e em Planejamento e Gestão de Negócios, graduado em Teologia. É Diretor 2º Secretário e responsável pelo setor de Animação Pastoral da ANEC.



Gregory Rial

Doutorando em Comunicação Social, mestre e bacharel em Filosofia. É gerente da Câmara de Ensino Superior e coordenador do setor de Animação Pastoral da ANEC.



PASTOLAB: UM PROGRAMA EXPERIMENTAL

A ANEC tem um papel importante na formação dos agentes de Pastoral. Por isso, ela parte do pressuposto de que é impossível oferecer formação do mesmo jeito de sempre e esperar que as pessoas façam coisas novas. A inovação só é possível se estimularmos o ser humano para um novo jeito de pensar, compreender as coisas, interpretar a realidade e agir de forma sinodal. Nesse sentido, foi criado o Laboratório de Pastoralidade (PastoLAB), um programa de formação de evangelizadores estruturado em metodologias inovadoras para estimular a criatividade na Pastoral. Os temas podem até parecer os mesmos, o Caminho – Jesus Cristo – sempre será o mesmo, mas

as sandálias que calçamos e os cajados em que nos apoiamos para trilhá-lo serão diferentes. O primeiro curso do PastoLAB é voltado à formação essencial dos agentes de Pastoral escolar, retomando aquilo que é indispensável saber-fazer na evangelização dentro de ambientes educativos. Ao longo de 2023, vamos explorar a animação vocacional, o projeto de vida, a catequese, o envolvimento das famílias e outros temas, buscando lançar olhares novos sobre essas velhas questões. Se o desconhecido nos parece desafiar, lembremos o que diz o Santo Padre, o Papa Francisco: “não tenhamos medo da novidade de Deus”.

A maior distribuidora de **soluções educacionais** do Brasil

Na Book Fair os pais garantem toda a lista de material escolar com segurança, facilidade e comodidade em um único lugar.

Tranquilidade na gestão escolar e facilidade nos processos de compra.

Oferecemos uma **plataforma digital completa** para atender os pais e alunos de **forma exclusiva, prática, ágil e segura.**

Modalidades de entrega:

Antecipada

100% do material entregue ao colégio antes do início das aulas.

Personalizada

Material entregue ao colégio devidamente identificado por aluno.

Porta a porta

Material enviado para o endereço cadastrado no ato da compra.

Benefícios para os pais



Aquisição do material sem sair de casa



Site fácil e intuitivo



Atendimento on-line exclusivo



Boleto parcelado e descontos especiais para pagamento à vista



Parcelamento em até 12x sem juros no cartão de crédito



Montagem de kits personalizados

Benefícios para colégios parceiros



Gerar recursos financeiros para o colégio.



Regularizar a operação fiscal, eximindo o colégio de penalidades fiscais junto à Receita Federal.



Eliminar inadimplência da venda dos materiais.



Loja on-line personalizada com senha de acesso exclusiva para cada colégio.



Fidelizar o aluno por meio da qualidade dos serviços prestados.



Acompanhar as vendas em tempo real através da plataforma digital e do APP Gestão Book Fair.



Analistas de relacionamento dedicadas a acompanhar todas as demandas do colégio.



Viabilizar a adesão gratuita para o colégio. Os benefícios não geram custos para a instituição.

Quer saber como tudo isso acontece na prática? Entre em contato e agende uma reunião.



Maurício Pereira
CEO - Diretor Executivo



mauricio@bookfair.com.br



(11) 94016-6434



Torne-se um colégio parceiro, escaneie o QR-Code ou acesse nosso site:

www.bookfair.com.br





AS ESCOLAS CATÓLICAS E O DESAFIO DA FOME

por *Comunicação ANEC*

A fome é um escândalo e um contratestemunho. Em um país como o Brasil, líder mundial na produção de alimentos, ver pessoas passando fome revela muito sobre nossa economia, nossa cultura, nossa política e nossos cidadãos. Hoje, no país, cerca de 15% da população passa fome e quase 60% convive com algum tipo de insegurança alimentar. São mais de 3 milhões de pessoas sem ter o que comer.

A Campanha da Fraternidade (CF) de 2023 propôs refletir o tema da fome a partir da perspectiva cristã, entendendo, sobretudo, que não existe fé sem obras e que qualquer discurso religioso sem uma prática de vida coerente torna-se estéril e vazio. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) reconhece, no texto-base que guia as ações da CF, que o problema tem múltiplas causas, mas está ligado, sobretudo, à má distribuição da renda e da terra, às políticas agropecuárias que priorizam a lucratividade e ao desmonte das políticas públicas de combate à pobreza.

A discussão proposta pela CF 2023 traz, ainda, outros elementos que agravam a situação: a escassez de água, vivida em muitas regiões do país, sobretudo

no Norte e Nordeste; a aporofobia, que é o desprezo e o ódio às pessoas pobres; e a falta de moradia, que leva milhares de pessoas a viverem nas ruas ou em moradias improvisadas. Isso comprova a intuição do Papa Francisco quando, na carta encíclica *Laudato Si'*, afirma que, numa visão ecológica integral, "tudo está interligado". Afinal, a questão da fome é apenas um dos sintomas graves da nossa fratura ecossocial.

De acordo com dados levantados pela ANEC, a Campanha da Fraternidade é trabalhada em 99% das escolas do Brasil como um componente interdisciplinar, inspirando projetos e atividades ligados tanto à dimensão pedagógica quanto à dimensão pastoral. Neste ano, a temática provoca as instituições educacionais a se perguntarem sobre a qualidade social da educação que oferecem, sobretudo quanto à capacidade de formar para o senso crítico e as atitudes para uma maior responsabilidade com o próximo.

Infelizmente, a situação da fome se agrava porque estamos em cultura de indiferença e resignação que, muitas vezes, é transmitida dentro de casa e reforçada na convivência social. Não entendemos a

urgência da fome dos outros e ainda os julgamos a partir de um olhar meritocrático e privilegiado. Muitas vezes, as crianças são ensinadas a desconfiar e odiar os pobres, reproduzindo uma mentalidade que, tristemente, parece ser majoritária no Brasil. Nesse sentido, as escolas católicas têm o dever moral de desconstruir esse julgamento e formar a consciência das crianças, dos jovens e dos pais para a empatia, a justiça, a solidariedade e o senso de fraternidade.

No campo da educação, podemos falar que é urgente educar as crianças e os jovens, para que

consigam olhar para o outro e se compadecer, sem julgamentos e sem preconceitos. É possível ensinar e aprender a ser misericordioso e solidário, especialmente por meio do desapego aos bens materiais e pela não submissão à cultura consumista em que vivemos. Esse sentimento de compaixão, no entanto, não é apenas uma boa inclinação da alma, mas deve estar embasado num questionamento crítico das estruturas injustas da sociedade. Afinal, a alma da fome é política. E as escolas têm muitas ferramentas para desenvolver essas habilidades.

LEVAR A FOME PARA A SALA DE AULA

Uma maneira eficiente de abordar o tema da CF e fazê-lo ressoar ao longo de todo o ano letivo, conforme o coordenador do setor de Pastoral da ANEC, Gregory Rial, é incluí-lo nas atividades pedagógicas da instituição. “Existem muitas possibilidades de interface com as áreas do conhecimento, especialmente as ciências humanas e da natureza. O propósito da CF é sensibilizar a sociedade para o flagelo da fome, por meio

de uma compreensão profunda acerca das causas, das condições sócio-políticas e das contradições culturais”, afirma.

Além disso, a CF também proporciona uma reflexão sobre a qualidade da nossa alimentação e da nossa relação com a comida. Além do desperdício de alimentos, há um debate intenso em todo o mundo acerca da qualidade nutricional e da superdisponibilidade de alimentos ultraprocessados

em contraposição à dificuldade de acessar alimentos naturais, orgânicos e saudáveis. Com isso, estabelece-se uma situação paradoxal de pessoas obesas que estão, do ponto de vista da saúde, desnutridas. Vale, inclusive, uma avaliação sincera sobre a qualidade dos alimentos servidos a alunos e professores na cantina escolar e a relação da instituição com o desperdício.

REZAR A FOME NA ESCOLA

A fome também pode ser matéria de oração e espiritualidade dentro das vivências da Pastoral Escolar. Durante os momentos de catequese e formação, é possível encontrar, na fome, muitas pontes para o encontro com Deus. Desde o sincero questionamento interior sobre a nossa sede de Deus, como no Salmo 62, até a leitura encarnada de passagens do Evangelho que confrontam nossa prática religiosa com a nossa ética pessoal, como é o caso do texto de Mt 25, quando Jesus se identifica com os famintos: “eu estava com fome e me destes de comer”.

Nos últimos tempos, observou-

-se um descolamento da vida espiritual com as dimensões sociais e políticas da própria vida humana. A Igreja ensina, no entanto, que não existe espiritualidade desligada dos nossos compromissos práticos. O próprio Papa Francisco adverte para um ideal de santidade que ignora as injustiças e as dores do mundo. De tal forma, é muito importante, no trabalho de evangelização dentro das escolas católicas, que ajudemos estudantes, educadores e famílias a redescobrirem essa dimensão social e política da fé, sempre buscando o embasamento na Doutrina Social da Igreja e

no magistério pontifício.

Além do mais, a Pastoral Escolar pode ser um ponto em que o discurso se transforma em prática. O tema da CF é convidativo para promover o engajamento da comunidade com a solidariedade, por meio de campanhas de arrecadação e distribuição de doativos. Contudo, reforça Gregory, “é válido recordar que iniciativas como essa devem ser perpassadas por uma intencionalidade pedagógica que ajude a entender as causas de tanta desigualdade e que faça a desconstrução das nossas visões egoístas da realidade”.

ANEC E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A ANEC entende que é essencial ter uma postura preventiva e combativa frente às propostas de política educacional, garantindo a defesa dos interesses das associadas em consonância com a Doutrina Social da Igreja e com os valores do Evangelho.

Por isso, acompanha, de perto, as movimentações no Poder Legislativo, relacionadas a projetos de lei e a outras legislações que impactam no cotidiano das instituições católicas de educação.

Projetos de Lei sobre educação no Congresso Nacional:

212

PLs relacionados
à educação

113

PLs relacionados
à educação básica

85

PLs relacionados
ao ensino superior

76

PLs relacionados
às mantenedoras

Pautas recorrentes

Financiamento estudantil

Propostas de revisão do FIES e possibilidade de abertura de crédito estudantil usando o FGTS.

Bolsas de estudo

Propostas para ampliar critérios de concessão de bolsas e outros auxílios para estudantes, tanto na educação básica quanto no ensino superior.

Alterações no currículo da educação básica

São 29 propostas de alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para incluir componentes curriculares. Dentre as proposições, destacam-se: Empreendedorismo, Alfabetização Midiática, Educação Financeira e Libras na Educação Básica.

*Dados atualizados em abril de 2023.

Como a ANEC atua

A ANEC realiza um estudo de cada proposta de lei sob os aspectos jurídicos e político-institucionais. Verifica-se, então, o impacto sobre as associadas e é definida a estratégia. A ANEC sugere acelerar a tramitação de alguns projetos. Para outros, busca intervir no texto. E há, ainda, aqueles que precisam ser rejeitados. Esse trabalho é feito na articulação direta com os parlamentares e na construção de documentos técnicos que podem orientar os deputados e senadores na decisão. Confira as etapas realizadas.

- 1. AVALIAÇÃO DO PROJETO DE LEI**
Entendimento inicial e definição dos impactos.
- 2. DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA POLÍTICA**
Acelerar, intervir ou rejeitar.
- 3. PRODUÇÃO DE MATERIAL TÉCNICO DE BASE**
Notas técnicas, pareceres jurídicos e dossiês.
- 4. ARTICULAÇÃO INDIVIDUAL COM O PARLAMENTAR**
Apresentação do ponto de vista da ANEC, entrega de subsídios e convencimento do deputado ou senador.

Estamos atentos

Nos últimos meses, a ANEC tem atuado para intervir nas seguintes pautas.

REGULAMENTAÇÃO DO CEBAS

A ANEC está trabalhando em sugestões para a regulamentação da Lei Complementar n. 187/2021. A legislação interfere na operacionalização dos CEBAS e nas políticas de concessão de bolsas de estudo pelas instituições filantrópicas de educação básica e de educação superior.

REFORMA TRIBUTÁRIA

A ANEC acompanha, atentamente, as Propostas de Emenda Constitucional (PECs) n. 45/2019 e 110/2019, bem como o Projeto de Lei Complementar (PLP) n. 3887/2020.

PROUNI

Os Projetos de Lei n. 162/2022 e n. 3043/2022 foram propostos pela ANEC e tiveram o apoio do ex-deputado federal Israel Batista (PSB), quando ainda era parlamentar. Visam corrigir os problemas na legislação criados com a nova lei do Prouni (Lei n. 14.350/2022). A ANEC sugere a revisão da proporcionalidade de bolsas e a consideração das bolsas adicionais da filantropia no cálculo de bolsas Prouni. A tramitação está na Câmara dos Deputados, na fase das comissões especiais.

EDUCAÇÃO DOMICILIAR

O Projeto de Lei n. 1338/2022 tramita no Senado Federal e dispõe sobre a possibilidade do ensino domiciliar. A ANEC posiciona-se contra a matéria, com larga argumentação em suas notas técnicas, participação em audiências públicas e articulação com parlamentares. Assim, trabalha para a não aprovação da lei, que falta ser votada no Senado.

Incidência política é reforçada com parlamentares e órgãos competentes da Educação

De forma ativa e constante, a ANEC mantém a agenda política na defesa das pautas que interessam às instituições associadas em prol de uma educação de qualidade social. Educação domiciliar, impactos trazidos pelo Prouni, regulamentação do CEBAS e outras pautas foram abordadas, ao longo do semestre, em diversos encontros com parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e com órgãos competentes da Educação.

Para além de apenas relatos e impactos causados sobre os temas atuais do cenário educacional, a ANEC propõe soluções, apresenta contribuições, estudos consistentes, documentos norteadores, reforçando o compromisso com suas associadas e com a educação brasileira ao fazer cada uma dessas significativas entregas.

No primeiro semestre, dezenas de encontros foram realizados com parlamentares, como os deputados Odair Cunha, Emanuel Pinheiro, Marco Aurélio Bertaiolli, Duda Salabert, Patrus Ananias e o senador Paulo Paim; o presidente da Câmara Legislativa do DF, Wellington Luiz; e com representantes de Secretarias do Ministério da Educação, como a Secretaria de Educação Superior (SESU), Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), Secretaria de Educação Básica (SEB) e outros. Como resultado dessas agendas, a ANEC recebeu apoio na defesa das pautas apresentadas e maior participação dos fóruns de discussão sobre os temas atuais da educação.





ANEC ENTREGA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO CONTRIBUIÇÕES PARA SOLUCIONAR OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

por *Comunicação ANEC*

O início do mês de abril foi marcado pelo diálogo entre a ANEC e o ministro da Educação, Camilo Santana, em prol da defesa de uma educação de qualidade social. Na ocasião, temas de extrema relevância foram apresentados pelos representantes da ANEC, que vêm fazendo consistentes estudos e fundamentadas análises do cenário educacional, a fim de contribuir com o Ministério da Educação e outros órgãos e conselhos que regulam a educação no país. Para isso, a equipe de assessores e os grupos de trabalho da ANEC elaboram documentos norteadores, notas técnicas, pesquisas e propostas de soluções, com foco em superar os desafios vivenciados pelas instituições mantenedoras que atuam na educação básica e superior do país.

Além do ministro, a audiência contou com a presença do deputado federal Odair Cunha; do ex-deputado e professor Paulo Delgado; da secretária de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC), prof. Denise Carvalho; do diretor de Políticas e Programas de Educação Superior, prof. Alexandre Fonseca; e da chefe de gabinete da ASPAR/MEC, Rachel Moreira. Representando a ANEC, participaram a presidente do Conselho Superior, Ir. Irani Rupolo; o diretor-presidente, Pe. João Batista; a vice-presidente, Ir. Adair Aparecida Sberga; o con-

selheiro Ir. Paulo Fossatti; o secretário-executivo, Guinartt Diniz; os gerentes das Câmaras de Mantenedoras, de Ensino Superior e de Educação Básica, Fabiana Deflon, Gregory Rial e Roberta Guedes, respectivamente, e a gerente de Comunicação e Marketing, Anna Catarina Fonseca.

O principal tema abordado foi o cenário vivenciado pelas instituições de ensino superior (IESs) em relação aos impactos negativos provocados pela nova legislação do Prouni, a qual pode fazer com que cerca de 113 mil estudantes deixem de ter acesso ao programa, por meio das instituições sem fins lucrativos, sendo que, apenas nas instituições católicas, serão mais 50 mil estudantes que deixarão de usufruir do benefício. Na ocasião, foi explicado ao ministro que as legislações do PROUNI e CEBAS são políticas de acesso à educação importantíssimas para o país. Por isso, elas devem ser observadas e implementadas de forma a garantir o acesso e o apoio das instituições às políticas que são de responsabilidade do MEC. Com isso, foi solicitado que voltem a ser consideradas as gratuidades concedidas em ambas as políticas de inclusão e os benefícios à educação para os estudantes que clamam pelo acesso a uma educação de qualidade social. A secretária Denise Carvalho, que já havia realizado

uma reunião com a ANEC sobre o assunto na mesma semana, apresentou ao ministro que a SESU está engajada em buscar uma solução para a situação apresentada. “Estamos estudando a saída legal para a questão da concessão das bolsas adicionais CEBAS”, reforça. Para contribuir com as análises, foram entregues, na ocasião, dois projetos de lei de iniciativa da ANEC, protocolados na Câmara dos Deputados, e uma Nota Técnica.

Outra pauta discutida foi a implementação do Novo Ensino Médio e o contexto vivenciado pelas instituições associadas. Durante a reunião, o ministro reforçou que o movimento de suspensão do prazo de implementação, realizado no dia 5 de abril, deve-se ao fato, prioritariamente, da necessidade de analisar e realizar os ajustes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A preocupação acerca da situação dos cursos de licenciatura no país e a formação inicial dos professores também foram assuntos discutidos na ocasião, em que a ANEC reforçou a própria qualificação técnica, por meio de suas instituições, a fim de contribuir para esse avanço na formação.

Mais um ponto da pauta foi a Moratória da Abertura de Cursos de Medicina, que teve a portaria assinada momentos antes da reunião com o ministro, o qual sinalizou que irá dialogar com as instituições sobre o assunto. O presidente, pe. João Batista, e os demais membros da Diretoria e do Conselho Superior da ANEC reforçaram a importância de esse tema ser observado constantemente, a fim de garantir a distribuição adequada das vagas, assim como as infraestruturas pedagógica, física, instrumental e de residência médica.

A ANEC também levou ao ministro a preocupação com a regulamentação da lei complementar relativa ao CEBAS, a qual, até a data dessa reunião, não havia sido regulamentada, o que gera insegurança jurídica às instituições. Foi compartilhado que a equipe técnica da ANEC e o GT Nacional de Políticas Educacionais estão desenvolvendo um documento com contribuições significativas sobre o tema e foi reforçado que a ANEC precisa permanecer sendo vista como parceira, uma vez que representa um número expressivo de instituições certificadas – 349 unidades – e atua tanto na área educacional quanto nas áreas de assistência e saúde.



Entrega de documentos técnicos e propostas de solução

Mais do que apresentar o cenário atual de cada tema abordado, a ANEC entregou ao ministro documentos elaborados pela equipe técnica, de forma colaborativa com os GTs compostos pelas associadas, com o compromisso de realizar entregas significativas, com soluções reais, aos órgãos que regulam a educação. Os documentos entregues foram: Nota Técnica que discorre sobre os impactos das mudanças do Prouni nas IES portadoras do CEBAS; Contribuição Técnica sobre a Implementação do Novo Ensino Médio; e relatório, com o título *O professor que queremos*, o qual apresenta o resultado do Grupo de Trabalho Qualidade na Formação Inicial Docente e pode colaborar com informações necessárias para a capacitação dos professores.

Diante da apresentação dos materiais técnicos qualificados elaborados pela Associação, a ANEC reforçou o pedido de a instituição integrar e participar de fóruns de discussão relevantes para a educação.

Ao esclarecer os tópicos levantados e fazer a leitura atenta dos documentos da ANEC, o ministro da Educação, assim como a secretária e o deputado presentes, mostraram-se sensíveis às pautas apresentadas. Camilo Santana concordou, ainda, com a importância e a necessidade de a ANEC estar mais próxima e poder contribuir com os mais variados temas e se comprometeu a analisar, de forma cuidadosa e positiva, as sugestões de ajustes a serem realizados.

ENTREVISTA COM O CONSELHEIRO DO CNE E DA ANEC, PAULO FOSSATTI

por *Comunicação ANEC*



O pós-doutor em Ciências da Educação e pesquisador associado à Universidade do Algarve (2011), ex-reitor da Universidade La Salle (Canoas/RS) e ex-presidente da ANEC, Irmão Paulo Fossatti fala, com exclusividade, para a Revista EducANEC sobre políticas educacionais e a importância de a ANEC ter um representante no Conselho Nacional de Educação (CNE). Para Fossatti, a ANEC tem experiência e *expertise* para contribuir com a construção de um projeto educativo capaz de transformar a educação dos brasileiros e ressignificar o papel do docente.

1. O Conselho Nacional de Educação (CNE) auxilia o MEC na formulação de políticas públicas e diretrizes de ensino para o nosso país. Como o CNE pretende contribuir com o novo Plano Nacional de Educação (2024-2034), que será elaborado neste ano?

Entre as funções do CNE, está a de contribuir para a formulação de políticas públicas e diretrizes para a educação brasileira. Ele é parte de muitos atores que, numa sociedade democrática, são ouvidos para se construir uma política pública, como o Plano Nacional de Educação.

Logo, assim como a sociedade, os educadores, os especialistas, os parlamentares e o CNE já vêm trabalhando com uma pauta de discussão e avaliação sobre os principais temas cruciais à educação básica e superior. Por meio de Comissões da

Câmara de Educação Básica, da Câmara da Educação Superior e Bicameral (educação básica e superior), o CNE já está tratando do diagnóstico, do prognóstico e de possíveis propostas para, em tempo oportuno, serem discutidas com os outros órgãos do MEC, governo e sociedade, inclusive por meio de audiências públicas. Tais audiências serão abertas para que as entidades possam dar sua voz, como é o caso da ANEC.

Dentre as comissões ativas, que são muitas, a título de exemplo, cito apenas umas de que participo: IDEB/SAEB; Formação de Professores; Educação Especial; Educação ao Longo da Vida; Novo Ensino Médio; Novo Plano Nacional de Pós-Graduação; Regulação e Avaliação da Educação Superior Presencial e EaD.

Nesses e em outros temas que podem ser iniciativa do CNE e das instituições, ocupamo-nos constantemente no CNE, inclusive ouvindo especialistas, cases de boas práticas, dentre outras iniciativas para sermos cada vez mais assertivos e pensarmos uma política educacional de Estado, e não de um governo, limitado a um período de tempo.

Portanto, o CNE já está contribuindo com as discussões dos grandes temas para o Novo Plano Nacional de Educação. É importante destacar que muitas dessas reuniões de estudo são abertas, o que possibilita a qualquer cidadão participar com direito a voz.

2. Enquanto ex-presidente da ANEC, como o senhor percebe a importância do protagonismo político da ANEC no CNE e nas demais instâncias governamentais que tratam da educação do Brasil?

A ANEC tem uma história incontestável no cenário brasileiro. Ela chegou antes do Estado em muitos lugares, principalmente interiorizando a educação neste imenso Brasil. Ela foi e continua sendo o braço direito do Estado brasileiro. Grandes instituições, renomados educadores e incontáveis projetos educacionais nasceram da educação católica e continuam sendo referência. Com nossas universidades, escolas, obras sociais e de saúde, retribuímos muitíssimo à sociedade brasileira. Portanto, os números e os fatos legitimam nosso legado tangível e intangível na educação, na saúde e na assistência social.

Contudo, não podemos parar na história construída, que merece ser celebrada e lembrada à memória do país. É preciso fidelidade criativa numa sociedade democrática, onde todos os grupos querem ser ouvidos, para deixarmos, hoje, nossa assinatura na construção de novas políticas públicas para a educação brasileira.

Quero dizer que, com a ANEC, inúmeras entidades, grupos, organizações etc. estão reivindicando seu lugar ao sol no cenário educativo brasileiro. É preciso, a cada dia, nos perguntarmos pela estratégia ANEC, que nos coloca na vanguarda propositiva da construção de diretrizes, normativas e políticas educacionais inclusivas, saindo do Brasil que temos para o Brasil que queremos.

Essa utopia não se dá somente em processos endógenos, em discursos e práticas internas da ANEC, mas, estrategicamente, com participação ativa, permanente, assertiva e propositiva nos documentos que caminham para diretrizes, políticas e projetos de lei educacionais. Da mesma forma, dá-se na presença física, no olho no olho, na persistência da fala e do teor documental que nos empodera frente aos governos, à sociedade e aos parlamentares.

Temos muito a contribuir e creio que estamos fazendo nosso dever de casa. Contudo, ainda nos vejo tímidos. Em muitas situações, enquanto ficamos discutindo o periférico, o Deus Cronos nos engole e nossos parceiros educacionais chegam primeiro, com suas propostas já bem amarradas, nos

assustando quando as descobrimos já em fase de projeto de lei.

O que quero pontuar com essa realidade (não apenas reflexão) é que Deus nos pede audácia profética hoje frente ao parlamento e à sociedade, sendo protagonistas, e não coadjuvantes, como tantas vezes, inclusive eu, nos submetemos a essa condição. Portanto, olho com alegria o crescimento da ANEC e creio que, politicamente, ela pode ser ainda mais ousada. Tal posicionamento não se justifica por arrogância ou por soberba, mas porque a ANEC tem história, expertise e legitimidade para, de fato, ajudar a mudar a história da educação brasileira com um projeto educativo que leve a sério a educação dos brasileiros e a dignificação da docência.

3. Quais são as pautas prioritárias que a Câmara de Ensino Superior do CNE tratará no ano de 2023?

Dentre tantas necessidades, o CNE está apoiando o projeto do novo ministro da Educação no atendimento aos compromissos já assumidos em nossa BNCC, em nosso PNE, em nossa Política de Financiamento, dentre outros. Nesses temas macros, objetivamente, estamos nos ocupando com os grandes gargalos. Destaco alguns deles:

Política de Financiamento Estudantil: PROUNI, FIES e outras formas que, de fato, elevem as taxas de escolaridade e a permanência de nossos estudantes, sabedores de que estamos muito aquém da meta definida.

Formação de docentes: não basta dizer que estamos com um *déficit* em torno de 400 mil professores sem formação ou atuando fora da área de formação na educação básica. É necessária uma política que estimule a docência, que eleve o status quo do professor, que garanta o bem-estar integral de nossos educadores. Sem financiamento e sem digna formação docente, continuaremos falando de sintomas expressos em não aprendizagem e em números vergonhosos em rankings avaliativos, como IDEB, Enem, Enade, entre outros.

Revisão do Ensino Médio: sabemos que o Brasil, antes de concluir um processo, sofre pressão para pôr tudo a perder e começar do ponto zero, o que está ocorrendo agora com grupos extremistas sobre a Proposta do Novo Ensino Médio. Contudo, são necessários cautela, avaliação, correção de rotas e muito diálogo para encontrar o melhor

caminho, a fim de que as pessoas aprendam, desenvolvam competências.

Currículo: apesar de termos uma legislação que nos garante trabalhar por competência, estamos presos a uma parte do currículo chamado conteúdo. Ela é necessária, mas é uma parte. Nossos atuais currículos conteudistas respondem ao modelo da Idade Média ou da Era Industrial ou, ainda, da educação antes do período da Inteligência Artificial.

Na maioria das vezes, os currículos atuais geram desestímulo, abandono, desprazer em aprender, dentre tantas outras mazelas e sintomas de uma educação voltada para o ontem. É preciso, com urgência, pensarmos em um currículo pós-Inteligência Artificial, quando ele sequer chegou à fase pós-pandemia da covid-19.

4. A partir da pandemia, a educação superior também passou por muitos desafios que vão desde a sustentabilidade financeira das instituições à evasão universitária e ao desinteresse dos mais jovens. A partir da sua experiência como reitor da Unilassale de Canoas/RS, que possibilidades o senhor vislumbra para reverter esse cenário?

O cenário apresentado nos números não é muito promissor. A educação básica estagnou. A educação superior supera os 80% dos ingressantes na modalidade EaD. E agora, educação? Talvez esteja aqui uma janela de oportunidade para mudar o conceito de educação calcada num curso, num período determinado. A UNESCO nos conclama para a educação por toda a vida.

As velozes transformações e o acelerado avanço no conhecimento colocam a pessoa numa condição de estar em processo contínuo de formação, caso queira se sentir útil e aumentar o tempo de vida útil. Logo, principalmente as IESs e os cursos técnicos precisam descobrir os novos nichos de mercado para despertar talentos dormentes de pessoas que podem continuar produtivas até seus 90 e/ou 100 anos numa sociedade em que a longevidade já é fato.

A busca por potenciais estudantes, que supostamente já se aposentaram, já passaram por graduações ou pós-graduações é uma possibilidade para aumentar o bem-estar social e promover a vida e a formação integral até o fim da jornada. Nossas escolas e universidades precisam olhar

para esse novo nicho de mercado que está esperando ser picado pela agulha do aprender por toda a vida.

Outra alternativa volta-se para a parceria com empresas, governos e comunidades, ouvindo as dores e os sonhos desses parceiros. Somente quando a educação voltar ao princípio de estar fora dos muros, a exemplo da Academia de Platão, de Sócrates e de Aristóteles, aprendendo e ensinando nas praças, nas ruas, lá onde a vida acontece, provavelmente, teremos maiores índices de ingresso e permanência de estudantes.

Enquanto os tirarmos dos lugares onde a vida acontece e os enclausurarmos numa escola ou universidade, cercados por uma “grade curricular”, estaremos reforçando pouca esperança em levar adiante uma educação da boa pergunta, da boa resposta aos problemas complexos que a sociedade exige.

5. A sua eleição como conselheiro foi muito importante para a educação católica. Quais são os seus objetivos principais no CNE como representante da ANEC e das instituições católicas?

Minha eleição como conselheiro foi um reconhecimento à contribuição e ao potencial da ANEC. Ela muito fez e muito pode fazer pelas políticas educacionais brasileiras. Minha presença no CNE recuperou um lugar de onde nunca deveríamos ter saído pela história então construída à nação brasileira.

Como representante da ANEC no CNE, estou atento e dialogando em prol dos interesses da instituição e das associadas, os quais são os mesmos do povo brasileiro. Sabedor que o Brasil, entre tantas fomes, como nos chama a atenção a Campanha da Fraternidade 2023, tem a fome de Educação Integral e Integradora, também luto por ela. É preciso, como nos exorta o Papa Francisco, educar com equilíbrio, com a cabeça, com o coração e com as mãos.

E é preciso educar todos com uma Política de Estado que perpasse governos. Creio, firmemente, que, enquanto tivermos um brasileiro carente ou excluído da educação, não estaremos vivendo uma verdadeira e sólida democracia.

Luto por uma educação para todos, no respeito à legislação, que dá espaço e direitos para que diversos grupos, dentre os quais nós, católicos, filantrópicos, tenhamos as condições dignas asseguradas pelo governo para darmos nosso melhor com sustentabilidade e responsabilidade social.

INEP TEM APOIO DA ANEC NA REVISÃO DE INSTRUMENTOS AVALIATIVOS E EM DEMAIS ANÁLISES EDUCACIONAIS

por *Comunicação ANEC*



A agenda política da ANEC com parlamentares e representantes de órgãos que regulam a educação segue em ritmo constante. Em março, um importante encontro da ANEC aconteceu com o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Manoel Palácio, sobre o cenário da educação superior e básica.

A ocasião foi marcada por um pedido especial feito pelo INEP à ANEC em relação à revisão crítica dos instrumentos do Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) para o aprimoramento dos documentos com uma periodicidade mais frequente. “Também queremos a percepção

de vocês sobre a Avaliação do Ensino Superior”, comenta Palácio, que apresentou algumas análises realizadas pelo INEP.

A ANEC se prontificou a apoiar o INEP, contribuindo com notas técnicas já elaboradas e dados levantados das instituições associadas, que corroboram a análise do cenário atual. Também reforçou que, além dos dados levantados, serão compartilhadas proposições, como normalmente é feito. “Será excelente e interessante contar com o trabalho de vocês e com a síntese da experiência das escolas”, comenta Manoel.

O encontro contou com a apresentação da ANEC por meio do secretário-executivo, Guinartt

Diniz; da gerente da Câmara de Mantenedoras, Fabiana Defflon; do gerente de Ensino Superior, Gregory Rial; e da gerente da Câmara de Educação Básica, Roberta Guedes. Na ocasião, a ANEC aproveitou para agradecer ao INEP pela significativa participação no Ciclo de Formações, realizado para as associadas durante o mês de março, com temas voltados para os resultados do Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), bem como ao Censo Escolar da Educação Básica e ao Censo da Educação Superior.



DISCUSSÕES ACERCA DO NOVO ENSINO MÉDIO CONTAM COM CONTRIBUIÇÕES PROPOSTAS PELA ANEC

por *Comunicação ANEC*

Com o compromisso de acompanhar, constantemente, a trajetória das políticas públicas voltadas à educação, a ANEC institui Grupos de Trabalho (GTs), que contam com a participação das instituições associadas. O objetivo é proporcionar momentos de debate e de reflexão sobre diversos temas e repercussões apresentados por essas políticas.

Nesse contexto, como resultado da atuação da ANEC e das associadas em prol de uma educação de qualidade social, os GTs aprofundam estudos e desenvolvem textos de análise crítica e notas técnicas. Esses documentos são entregues aos órgãos governamentais envolvidos na elaboração e aprovação das políticas públicas educacionais, como o Ministério da Educação, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Conselho Nacional de Educação (CNE), com o intuito de contribuir, estimular e qualificar o debate dos rumos da educação acerca de determinados temas.

Desde o início do primeiro semestre, um dos temas que vêm sendo acompanhados de perto pela ANEC é o Novo Ensino Médio (NEM). Por meio de pesquisa realizada com as associadas, a ANEC, em parceria com o GT Pedagógico Nacional, analisou todos os dados de implementação do NEM fornecidos pelas instituições de ensino e elaborou um estudo que mostra as fragilidades, bem como os avanços alcançados com a implantação da nova matriz curricular nas escolas católicas de educação básica. “O nosso intuito é contribuir para as reflexões sobre o Novo Ensino Médio, propondo ações de melhoria ao modelo vigente”, comenta a presidente da Câmara de Educação Básica da ANEC, Ir. Adair Aparecida Sberga.

A contribuição técnica, denominada *Posicionamento e Contribuições da ANEC sobre a Implantação do Novo Ensino Médio*, foi entregue em mãos ao ministro da Educação, Camilo Santana, em reunião realizada presencialmente; ao Inep, que pediu o apoio da ANEC nas análises desse cenário; e a parlamentares.

Também foi protocolada em órgãos, como os Conselhos Estaduais de Educação, o Conselho Nacional de Educação, o Fórum Nacional de Educação, a Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN).

A entrega desse material foi apenas uma das ações realizadas pela ANEC acerca do tema. Confira, a seguir, mais entregas feitas, que reafirmam o compromisso da ANEC com as associadas em prol da defesa de uma educação de qualidade social.

Monitoramento e compartilhamento de coletâneas, informações e legislação sobre o Novo Ensino Médio, além de uma série de *webinários* de formação continuada para os educadores das associadas no *site* da ANEC, garantindo constante atualização dos profissionais.

Apresentação do cenário de discussão da revogação do Novo Ensino Médio, por meio de reuniões com o GT Pedagógico Nacional, e elaboração e envio de informativo a todas as associadas sobre o tema, com divulgação, em tempo real, das notícias nos canais de comunicação das instituições de educação básica.

Elaboração de pesquisa pela ANEC sobre o cenário do Novo Ensino Médio nas escolas e entrega do respectivo resultado para as nossas associadas e para as instituições que discutem as agendas da educação básica (Conselhos Estaduais de Educação, Conselho Nacional de Educação, Fórum Nacional de Educação, Federação Nacional das Escolas Particulares – FENEP – e Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN).

Acesse o QR Code a seguir e confira o repositório criado pela ANEC com importantes documentos acerca do Novo Ensino Médio.





FOTO: CCS | @fabiomarconi



MATÉRIA DE CAPA

VI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA REUNIRÁ GRANDES NOMES DA EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SALVADOR, NA BAHIA

Nos dias 29 e 30 de junho e 1º de julho, gestores de instituições de ensino, especialistas em diferentes áreas do conhecimento, professores, religiosos e educadores vão refletir o futuro da educação no país em um espaço à beira-mar



Bem-vindo a Salvador, coração do Brasil!

Com o clima de boas expectativas e ao som de um ritmo baiano, estamos próximos do VI Congresso Nacional de Educação Católica, realizado pela Associação Nacional de Educação Católica (ANEC). O congresso reunirá grandes nomes do setor educacional brasileiro, assim como religiosos, especialistas em diversas áreas do conhecimento, além de professores e gestores de instituições associadas à ANEC de todos os estados do país.

Durante os dias 29 e 30 de junho e 1º de julho de 2023, no Centro de Convenções Salvador, à beira-mar, o tema *Transformar o Presente, Tecer o Futuro: pactos e compromissos* norteará diálogos, palestras e salas temáticas que provocarão o público, da educação básica à superior, a refletir sobre os principais desafios do segmento educacional católico. Entre esses assuntos, estão o mercado educacio-

nal pós-pandemia, a atuação em rede e a liderança, a aplicabilidade da inovação, da sustentabilidade e da transformação digital em sala de aula de forma construtiva para os alunos de todos os segmentos.

“Desenvolvemos o Congresso para ser um ambiente de conhecimento, *networking*, troca de experiências e conexões com as principais tendências educacionais, com o objetivo de inspirar e trazer luz para aqueles que são comprometidos com a promoção de uma educação transformadora. A sociedade está em constante mudança e a educação católica tem papel ativo na formação de crianças e jovens, para que se tornem cidadãos éticos, responsáveis socialmente e tenham conhecimento dos valores cristãos”, destaca o Pe. João Batista Gomes de Lima, diretor-presidente da ANEC.

Imersão e conexão com as tendências educacionais

A programação iniciará na quinta-feira, dia 29/6, com uma celebração eucarística, e contará com autoridades religiosas, que abordarão temas fundamentais para a educação católica, como a conferência *Educação Planetária para a construção da Pedagogia da Paz*, conduzida por Dom Zandoni Demettino Castro – Bispo Diocesano de Feira de Santana (BA).

Outra palestra que vai despertar o interesse do público será *Educar para a Cidadania Global: caminhos do desempenho para o engajamento*, com Dom José Tolentino de Mendonça, cardeal prefeito do Diastério para Cultura e Educação. O teólogo, poeta e professor universitário foi elevado a Cardeal pelo Papa Francisco durante o Consistório Ordinário Público, em 2019.

A responsabilidade das escolas católicas na formação dos alunos

Na sala temática *Competências socioemocionais: educação psicossocial para uma formação integral*, o psicólogo clínico, professor, consultor em Educação e Desenvolvimento Humano e *influencer* digital Rossandro Klinjey vai levantar a discussão sobre a importância das escolas católicas como espaço de formação, e não apenas de informação. “Elas precisam ajudar a construir virtudes em nossos alunos, não apenas aumentar suas notas nas provas”, afirma.

Segundo o especialista, as habilidades sociais e afetivas ajudam os alunos a prosperarem na escola e na vida. “Entendo que o crescimento intelectual dos alunos é uma faceta importante da educação, mas não é a única. As escolas católicas sempre cuidaram também do desenvolvimento social e espiritual. Portanto, vejo como natural acrescentar o cuidado com o desenvolvimento emocional da comunidade escolar”, afirma.

O educador e pesquisador de Projetos de Inovação José Moran, na sala temática *A transformação digital da educação*, também vai reforçar a necessidade de as escolas católicas buscarem o equilíbrio entre competências, valores e cultura digital. “A transformação digital está mudando rapidamente a forma como vivemos, trabalhamos e aprendemos. Esse movimento pode impactar toda a jornada educacional, desde o planejamento e gestão escolar até o ensino e a avaliação dos alunos. Isso porque as tecnologias podem ser usadas para desenhar percursos mais personalizados e promover a aprendizagem colaborativa e o trabalho em equipe, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico, a resolução de problemas e a melhor comunicação”, afirma.

Na conferência *O futuro do trabalho e seu impacto na educação, um alinhamento crítico e urgente*, o coCEO da CertifikEDU, Luciano Sathler, vai debater o papel da educação católica para um ambiente de



Da esquerda para a direita: Dom José Tolentino, Lilian Bacich, Martha Gabriel, José Moran, Rossandro Klinjey, Luciano Sathler, Ir. Natalino Guilherme Souza



trabalho mais humanizado. Segundo o integrante do Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, o VI Congresso Nacional de Educação Católica 2023 ocorre em um momento de “mudanças paradigmáticas na sociedade, tanto na economia quanto na forma como nos relacionamos”.

Sathler afirma que todos os campos da vida correm riscos, ao mesmo tempo que novas oportunidades se abrem, com a onipresença da informação midiaticizada e, agora, potencializada pela Inteligência Artificial. “As pessoas aprendem de forma diferente na Sociedade da Informação e até a espiritualidade é influenciada, o que pede o estar juntos para debater e encontrar caminhos que fortaleçam as raízes, a base para ajudar a estabelecer redes de fortalecimento mútuo para garantir um futuro significativo”, reforça.

O professor, que ainda participará da Reunião do GT Pedagógico, apresentará estratégias, práticas e tecnologias para que as instituições católicas possam potencializar a preparação dos alunos para o mercado de trabalho. “O futuro já está entre nós e as mudanças que afetam o mundo do trabalho se espalham rapidamente. Há riscos de precarização e de desemprego estrutural crescente, especialmen-

te para quem não estiver bem preparado para se alinhar às demandas da economia digital. Todas as ocupações, com vínculos formais ou informais, são afetadas pela intensificação do uso da tecnologia. As instituições educacionais devem assumir um papel de protagonismo para apoiar as pessoas, de forma que possam criar e manter a sua trabalhabilidade, pelo desenvolvimento constante e pela visibilização das competências e habilidades”, afirma. “Nunca um bom professor foi tão necessário e importante como nos dias de hoje. Vai ser preciso focar na humanização para enfrentar as ondas de transformação tecnológica que chegam cada vez maiores e de forma mais acelerada”, conclui.

Também estão confirmados para o evento, entre outros importantes estudiosos, o 2º vice-presidente da ANEC, Ir. Natalino Guilherme de Souza; Cristovam Buarque, ex-governador do Distrito Federal, ex-senador e ex-ministro da Educação; Lilian Bacich, doutora em Psicologia, educadora especialista em Tecnologia e Inovação; Martha Gabriel, escritora de referência na América Latina em negócios, tendências e inovação. A autora dos *best-sellers* “Marketing na Era Digital” e “Educar: A (R)Evolução Digital na Educação” vai realizar palestra sobre as novas tecnologias, incluindo o metaverso, voltadas para a educação.



EXPOANEC

Com mais de 150 estandes, distribuídos em mais de seis mil metros quadrados, a ExpoANEC 2023 é uma das maiores feiras de tendências de educação do país. O público poderá conferir os mais modernos produtos, serviços e recursos tecnológicos disponíveis para as instituições de ensino. Além disso, os congressistas e visitantes poderão interagir com os diversos *players* do mercado educacional, o que permitirá estabelecer *networking*.

Para oferecer a todos os participantes do **VI Congresso Nacional de Educação Católica** e da **ExpoANEC 2023** a melhor experiência, organização e comunicação em tempo real, a edição deste ano traz uma novidade: um aplicativo (app) para sistemas Android e iOS, que também pode ser acessado pela *web*. No *app*, é possível conferir o mapa da feira, a programação do Congresso, notícias do evento, certificados, a relação dos expositores, entre outras informações.

Para fazer sua inscrição, acesse congresso.anec.org.br. Se você já garantiu sua inscrição, acesse este **QR Code** e baixe o aplicativo desenvolvido especialmente aos congressistas.



SALVADOR E SEUS ENCANTOS

Quem vai ao Congresso também aproveita o melhor de Salvador! E para que você tenha a melhor experiência na cidade, selecionamos algumas dicas que não podem faltar no seu roteiro.



Centro de Convenções Salvador

O espaço em que será realizado o VI Congresso Nacional de Educação Católica é inovador e projetado para proporcionar uma experiência diferenciada aos visitantes, realizadores e participantes de eventos. Inaugurado em 2020, foi construído com o objetivo de integrar o ambiente da cidade e, principalmente, a natureza, com uma arquitetura arrojada e acolhedora. O CCS possui excelente localização e oferece flexibilidade com espaços moduláveis, além de uma gestão qualificada e profissional para atender diferentes tipos de eventos.

Compras

Visitar a capital baiana e sair de lá sem um *souvenir* é quase impossível. Entre os lugares mais indicados para fazer compras em Salvador, está o Mercado Modelo, que conta com 260 lojas de artesanato, localizado no suntuoso edifício amarelo do século 19, na Cidade Baixa. O local dispõe de praça de alimentação, rodas de capoeira e outras manifestações populares. Visite, também, o Ceasinha, como é conhecido o Mercado do Rio Vermelho. São 171 boxes com muitas opções gastronômicas e peças de artesanato regional.



Turismo em Salvador

Para o turismo de negócios, a cidade proporciona uma experiência marcante, que une roteiros incríveis e uma infraestrutura completa para atender vários tipos de eventos. Salvador está entre os principais destinos para eventos do Brasil, segundo a *International Congress and Convention Association (ICCA)*, a maior entidade mundial do setor.

É preciso destacar, também, a maravilhosa culinária baiana. A cidade possui cerca de 5.200 restaurantes. Salvador ainda dispõe de aeroporto internacional, conectado aos serviços de ônibus, táxi, aluguel de carro e transporte por meio de aplicativos. Possui um terminal rodoviário a menos de 10 km dos principais cartões-postais da cidade e um porto, instalado na belíssima Baía de Todos-os-Santos.



Igreja do Bonfim

Construída em 1754 para abrigar a imagem do Senhor Bom Jesus, trazida de Lisboa, em 1745, a igreja tem arquitetura neoclássica com fachada rococó. O santuário é um ícone da fé baiana, atraindo muitos devotos, turistas e peregrinos. As famosas fitinhas são confeccionadas desde o início do século 19 e têm a medida do comprimento do braço direito até o peito da imagem do Senhor do Bonfim. Localiza-se a 14 km do Centro de Convenções Salvador.



Igreja e Convento de São Francisco

Cerca de 800 kg de ouro decoram o interior dessa igreja barroca no Pelourinho. Erguido entre 1708 e 1723, o local tem chão de mármore com desenhos que lembram um tapete e azulejos portugueses na capela-mor que retratam a vida de São Francisco de Assis. O conjunto arquitetônico é considerado uma das 7 Maravilhas de Origem Portuguesa no Mundo pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN). Localiza-se a 15 km do Centro de Convenções Salvador.



Praia do Forte e Guarajuba

Visite a tranquila Praia de Guarajuba, a 67 km de Salvador. Rodeada de coqueiros, a praia tem condomínios de veraneio e ótimas barracas à beira-mar. Perto dali, fica a Praia do Forte, a 80 km de Salvador, que é conhecida como “Polinésia brasileira”. A praia abriga o Projeto Tamar, que preserva tartarugas marinhas, um encantador centrinho com lojas e restaurantes, uma feirinha de artesanato, além de piscinas naturais.



Morro de São Paulo

O povoado de Morro de São Paulo só permite a circulação de tratores, jardineiras e dos veículos das pousadas. Conheça a badalada Segunda Praia, frequentada por gente jovem. A praia conta com estrutura de barracas – comida e música – e o acesso é feito por meio da Praia da Ponta do Curral, localizada a 142 km do Centro de Convenções Salvador, seguido de um trajeto em barco.

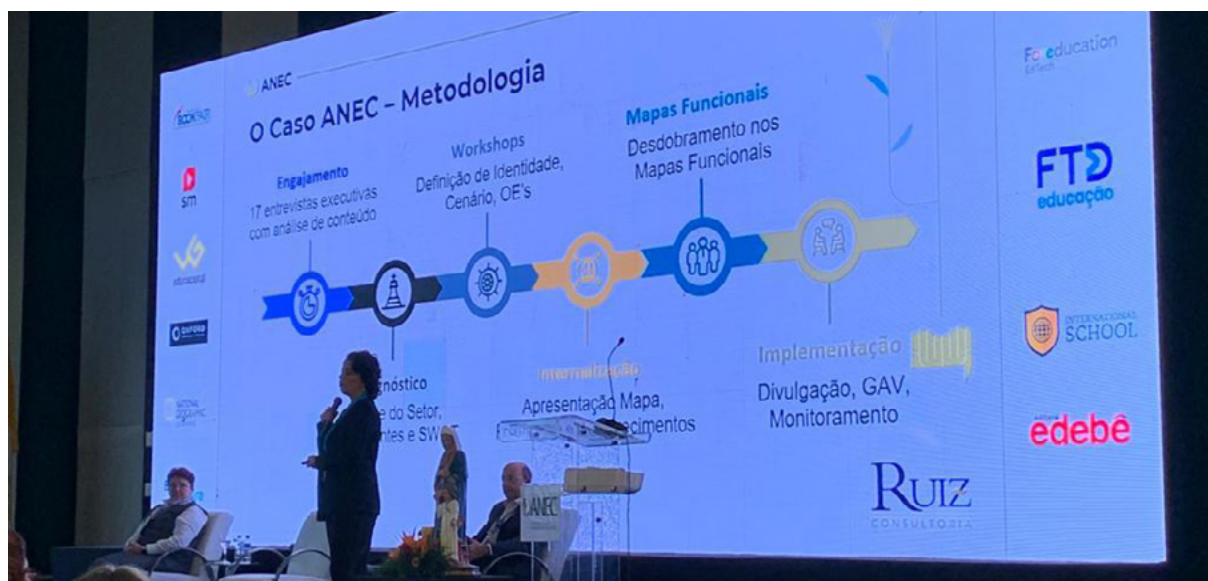
Ilha dos Frades e Itaparica

A Ilha dos Frades proporciona um visual lindo, com destaque para a Praia da Ponta de Nossa Senhora. Em Itaparica, pode-se desfrutar de um banho revigorante nas águas calmas da Praia de Ponta de Areia. Itaparica fica a 38 km do Centro de Convenções Salvador. Já a Ilha dos Frades, fica a 60 km. O acesso às duas se dá apenas de barco.



Pelourinho

Com belas construções barrocas dos séculos 17 e 18, o Centro Histórico de Salvador, na Cidade Alta, é declarado Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). As ladeiras do local contam com restaurantes, lojas e bares atrás das fachadas de casarões coloridos. As festas noturnas agitam o Pelourinho, especialmente às terças-feiras, com a festa da Benção do Pelô. Uma maneira de chegar ao bairro é pegando o Elevador Lacerda, que liga a Cidade Baixa ao Centro Histórico. O Pelourinho fica a 15 km do Centro de Convenções Salvador e, o Elevador Lacerda, a 17 km.



SONHAR COM OS PÉS NO CHÃO: O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ANEC

por **Gabriela Góis**

Planejar é sonhar, pensar o que desejamos para o futuro, é buscar antever o que pode acontecer no dia seguinte, no mês, no semestre ou nos próximos anos para estarmos mais bem preparados. Já estratégia é como realizar ações, é decidir sobre as diversas opções que nos são apresentadas para realizar um objetivo. Quando juntamos os entendimentos sobre planejamento e estratégia, temos um novo conceito, que é pensar em algo que desejamos alcançar no futuro e indicar como iremos atuar para chegar a esse objetivo.

Os professores Roda-Pupo e Guerras-Martin' descrevem planejamento estratégico como a dinâmica da relação entre a organização e o ambiente para o qual ações necessárias devem ser tomadas para atingir seus objetivos e/ou para aumentar o desempenho, utilizando, de forma racional, seus recursos. Assim, temos a relevância do macroambiente, no qual as instituições estão inseridas, como economia, aspectos socioculturais, demográficos, tecnológicos, político-legal e natural (relacionado à escassez de recursos naturais e ao meio ambiente). Eles reforçam que nosso contexto externo influencia nossas decisões.

O planejamento estratégico, além do esforço mental e abstrato de reflexão para o futuro, requer a formalização por escrito e, ainda, de implementação e monitoramento. Esses últimos, em conjunto, principalmente se acompanhados do patrocínio da alta gestão, trazem resultados positivos em curto, médio e em longo prazo.

A discussão sobre esses elementos foi proporcionada pela ANEC com a contratação da Ruiz Educação e Consultoria. Foi realizada, ainda em 2021, uma etapa de engajamento, na qual ocorreram escutas ativas de 17 pessoas-chaves, entre conselheiros, diretores e gestores. Foi uma fase relevante para se traçar os pontos fortes e as oportunidades de melhorias.

O projeto foi continuado com a análise do ambiente externo, em que foram levantadas informações sobre o macroambiente, o setor de educação e as associações de ensino da ANEC. Em seguida, foram realizados dois *workshops* com os diretores, conselheiros e o secretário-executivo. A alta gestão da ANEC decidiu revisitar e ajustar a missão (razão de existir) e escolheu um cenário provável para o pe-

ríodo de 2022 a 2024, tomando por base as informações apresentadas. Definido o cenário, foi possível estabelecer a visão (o que se pretende alcançar até 2024) e descrever os objetivos estratégicos (linhas mestras de como alcançar a visão).



Ainda nos *workshops*, foram detalhados os produtos, as premissas, os indicadores e os projetos para cada objetivo estratégico, que foi retratado no mapa estratégico – uma representação gráfica que formaliza todos os elementos discutidos e definidos. Finalizada a etapa de reflexões e formalização de documento em dezembro de 2021, foi necessário iniciar o ano de 2022 com encontros com os gestores para a internalização do mapa estratégico e a capacitação sobre o processo de planejamento estratégico.

Os gestores, então, passaram a desdobrar o mapa estratégico em mapas funcionais, ou seja, apontaram quais indicadores e projetos (com metas e planos de ações) poderiam ser realizados dentro da própria área de atuação que contribuiriam para o atingimento dos objetivos estratégicos. Dessa forma, foi possível finalizar a elaboração do planejamento estratégico e iniciar a implementação e o monitoramento. As reuniões de monitoramento começaram a ser realizadas nos meses subsequentes, para acompanhar o que estava sendo alcançado, conforme previsto, e o que precisava de ajuste ou calibração das metas ou aos planos de ação.

O desafio de criar uma rotina interna de acompanhamento do planejamento estratégico foi alcançado com o apoio da alta gestão. Alguns dos benefícios

da rotina de acompanhamento são: clareza sobre que atividades priorizar; oportunidade de refletir sobre que atividades realizar que agreguem mais valor às associadas; melhoria na integração e sinergia entre as equipes; senso de realização e reconhecimento ao se atingir as metas e ações previstas; e aumento na percepção das associadas de melhor direcionamento da ANEC.

É importante destacar que os instrumentos do planejamento estratégico são peças dinâmicas, que precisam ser revisitadas sempre que alguma questão de alta relevância ocorre. No entanto, é preciso cautela nos primeiros anos da implementação. São trilhas que podem ser ajustadas, e não trilhos fixos. Portanto, devemos estar atentos e abertos a ajustes de trilhas com a clareza do direcionamento do nosso sonho (visão) a ser alcançado.

O ano de 2023 será de consolidação e inclusão de desafios e de maior entrega de produtos e serviços às associadas. A Ruiz Educação e Consultoria pretende incentivar e auxiliar, ainda mais, a ANEC a sonhar com os pés no chão.

1 RONDA-PUPO, G.A.; GUERRAS-MARTIN, L. A. D. Dynamics of the evolution of the strategy concept 1962-2008: a co-word analysis. *Strategic Management Journal*. V. 33, 2012.



Gabriela Góis

Administradora, pós-graduada em Escolas de Ensino Superior, mestre em Administração, doutoranda em Administração e sócia da Ruiz Consultoria.

ANEC LANÇA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2023

Em fevereiro, a Igreja Católica abriu oficialmente a Campanha da Fraternidade 2023. Com o tema “Fraternidade e Fome” e o lema “Dai-lhes vós mesmos de comer!” (Mt 14,16), a proposta é instigar uma reflexão sobre o tema da fome a partir da perspectiva cristã, a fim de sensibilizar a sociedade para o enfrentamento desse flagelo que atinge 9,8% da população global, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU).

Por meio de uma temática rica, do ponto de vista pedagógico e didático, a CF 2023 permite trabalhar todas as áreas do conhecimento e muitas das competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Por isso, a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) promoveu um *webinar* com o Padre Júlio César Evangelista Rezende, assessor nacional do Setor Educação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para debater sobre a importância da inserção da ação nas instituições de ensino.

Atuação das escolas católicas

O Padre Júlio César explica que a Campanha da Fraternidade traz como objetivo permanente despertar um espírito comunitário cristão da busca do bem comum, educar para a vida em fraternidade e renovar a consciência da responsabilidade de todos em vista de uma sociedade justa e altruísta. “O flagelo da fome deve nos envergonhar como cristãos e nos convidar a adotar uma nova postura diante daqueles que sofrem. Nós, enquanto educadores, devemos estabelecer o compromisso e propor esforços para transformar essa realidade a partir do diálogo com nossos estudantes e educar para uma solidariedade concreta, fundamentada no Evangelho do nosso senhor Jesus Cristo”, afirma.

Parafraseando trecho da oração da CF 2023, “Livrai-nos do pecado da indiferença com a vida”, o palestrante defendeu que a missão dos docentes cristãos é educar para a sensibilidade. “Nós não podemos deixar de envolver e despertar nas crianças, jovens e adolescentes que estão em nossas salas de aula a compaixão de ver para além do seu mundo.

Devemos buscar envolvê-los de maneira que eles percebam sua responsabilidade pelo bem comum. Daí a importância de uma linguagem comum de todos os componentes curriculares, pois, ao provocar o aluno em diferentes ambientes e momentos, essa consciência comunitária poderá florescer em cada um”, pontua.

Na mesma linha, a Irmã Adair Aparecida Sberga, vice-presidente da ANEC, ressalta a importância de um currículo evangelizador que trabalhe a aprendizagem voltada ao serviço e à solidariedade. “Todos os conteúdos devem ter em vista a formação de um ser humano com dignidade, ciente de seus direitos e deveres de cidadão, além da consciência voluntária. Precisamos estimular a pedagogia do cuidado com o próximo e da colaboração para que a sociedade possa viver melhor”, detalha. Roberta Guedes, gerente da Câmara de Educação Básica da ANEC, acrescenta que a Campanha da Fraternidade propõe uma temática que precisa ser ostensiva: “da Educação Infantil ao Ensino Superior. Como escolas católicas, devemos denunciar, professar e fazer a diferença”, conclui.

A Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) preparou uma página dedicada à Campanha da Fraternidade, com propostas pedagógico-pastorais para a incorporação das diretrizes da CF nos diversos segmentos das escolas católicas, confira no site anec.org.br ou **neste QRCode**.





CURSO CEBAS EDUCAÇÃO SUPERA VAGAS PREVISTAS E ANEC PREVÊ A REALIZAÇÃO DE NOVA EDIÇÃO

por **Comunicação ANEC**

Promover formações sobre os temas atuais do mercado educacional é uma das ações estratégicas da Associação Nacional de Educação Católica (ANEC). Partindo desse contexto, com o objetivo de proporcionar aprendizagens qualificadas, com visão estratégica e pragmática do CEBAS Educação às instituições de ensino, a ANEC promoveu, nos meses de março e abril, a primeira edição do curso *CEBAS Educação: aprenda na prática*.

A formação foi realizada de forma totalmente *on-line* e ao vivo, conduzida pelas facilitadoras Liliane Pellegrini – psicóloga, pós-graduada em Marketing e mestre em Comunicação, com MBA em Gestão e Empreendedorismo Social e mais de 20 anos de experiência na área filantrópica – e Luciana Fernandes – graduada em Ciências

Contábeis, Análise de Sistemas e Administração, com pós-graduação em *Business Intelligence*, mestrandia em Marketing Digital, que já atuou como coordenadora de Filantropia, Bolsas de Estudo e Financiamentos e Responsabilidade Social em entidade de educação durante 17 anos.

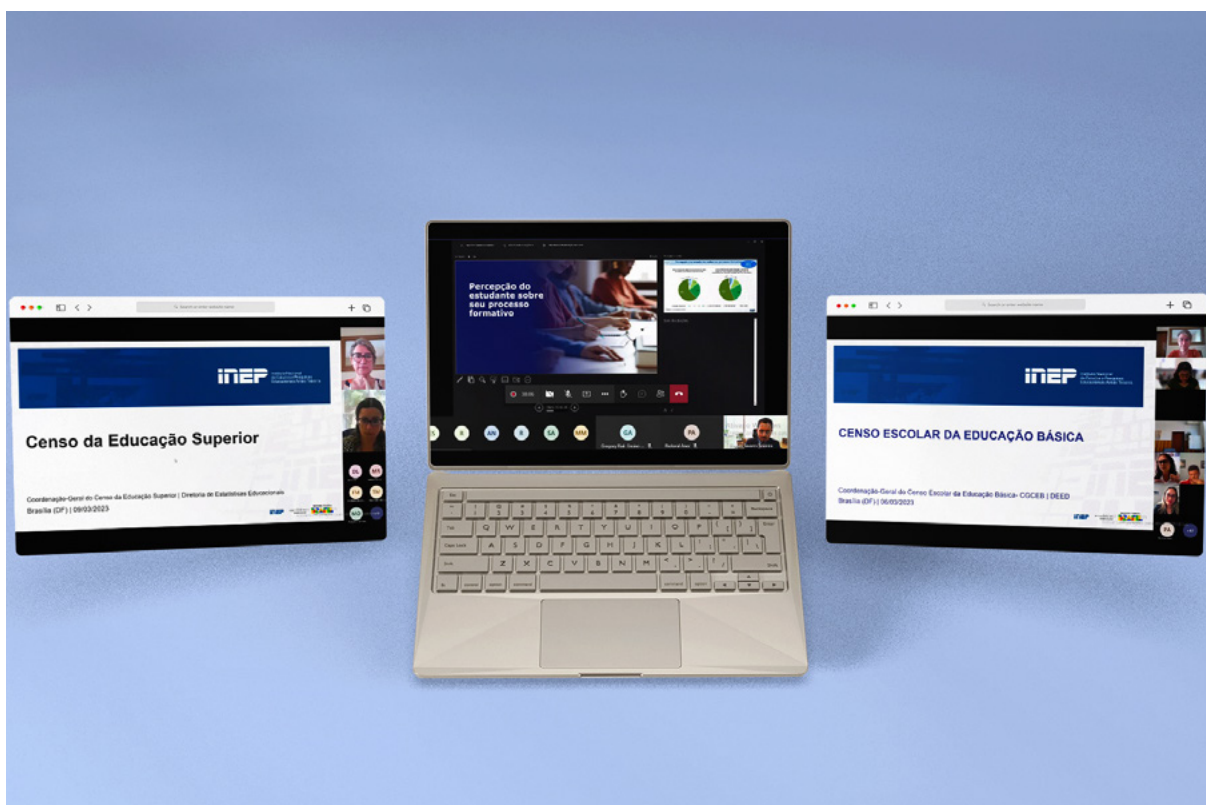
O conteúdo programático do curso, com duração de 21 horas, abordou a educação filantrópica, os principais aspectos da política pública, o CEBAS e a educação básica e superior, bem como o perfil socioeconômico do bolsista, o planejamento e a gestão de gratuidades.

O curso reuniu mais de 70 alunos, ultrapassando as vagas inicialmente disponibilizadas. “A procura do curso oferecido foi grande e superou nossas expectativas, por ser um tema que é muito ne-

cessário de ser estudado, mas pouco difundido. Por isso, nós, da ANEC, já estamos articulando com as facilitadoras para que, em breve, possamos oferecer uma nova edição do curso CEBAS Educação”, afirma a gerente da Câmara de Mantenedoras da ANEC e responsável pela realização do curso, Fabiana Deflon.

A concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) é uma ação que contribui, de maneira efetiva, para o processo de inclusão social no país, por meio da garantia de oferta de bolsas de estudo, integrais ou parciais, constituindo-se em uma política pública de acesso à educação básica e superior.

Mais informações podem ser conferidas no site www.cebas.mec.gov.br.



INEP CONDUZ CICLO DE FORMAÇÕES SOBRE AS AVALIAÇÕES DE APRENDIZAGEM DO BRASIL PROMOVIDO PELA ANEC

por *Comunicação ANEC*

Em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a ANEC promoveu, no mês de março, um Ciclo de Formações sobre o Censo da Educação Básica e Superior, o Saeb, o Enem e o Enade às instituições associadas. O encontro gratuito abriu espaço para que especialistas em diversas áreas do conhecimento, representando o Inep, pudessem debater com os participantes sobre as avaliações de aprendizagem e pesquisas educacionais que são coordenadas pelo Instituto. O Inep tem como missão promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro, com o objetivo de subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas para a área educacional, a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informa-

ções claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

Para Fabiana Deflon, gerente da Câmara de Mantenedoras da ANEC, o evento proporcionou debates e reflexões essenciais para a formação dos educadores. “Iniciativas como essa impulsionam todo o cenário educacional do país. Compreendendo, detalhadamente, as avaliações da aprendizagem do Brasil, nós, como responsáveis pelo ensino de centenas de crianças e jovens, estaremos cientes do que precisa ser feito para melhorar a qualidade do ensino, sempre priorizando uma educação humanista e solidária como modo de transformar a sociedade, como anuncia o Pacto Educativo Global”, compartilha.

Censo da Educação Básica

O primeiro dia contou com Célia Cristina Gedeon, coordenadora-geral do Censo da Educação Básica do Inep, que explicou que essa amostragem é uma pesquisa declaratória, com fins estatísticos e que é utilizada para subsidiar iniciativas das diferentes esferas do Governo, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O levantamento coleta informações de escolas, turmas, alunos, gestores, profissionais escolares, bem como de rendimento e movimento de alunos. “Os dados do Censo são fundamentais para que se conheça a realidade das escolas e dos indivíduos que compõem a Educação Básica. E todas elas integram o acompanhamento do Plano Nacional de Educação (PNE), planejamento e execução de políticas públicas educacionais, direcionamento de novas necessidades, entre outros”, afirma Célia.

Censo da Educação Superior

Para tratar sobre o Censo da Educação Superior, o Ciclo de Formações recebeu Kátia Cristina da Silva Vaz, coordenadora-geral do Censo da Educação Superior do Inep, que apresentou para os participantes como as instituições devem cadastrar as informações relacionadas ao Censo da Educação Superior. Realizada anualmente, a pesquisa é o instrumento mais completo do Brasil sobre as instituições de educação superior (IESs), bem como sobre os docentes e alunos. O Censo utiliza informações do Sistema e-MEC, da Receita Federal e da pesquisa anterior, como dados de laboratório, locais de oferta, biblioteca, alunos e docentes. A previsão é a de que o balanço de 2022 seja divulgado em setembro.

Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)

Dentre as principais ferramentas de exame da educação básica brasileira está o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, a avaliação reflete os níveis de aprendizagem

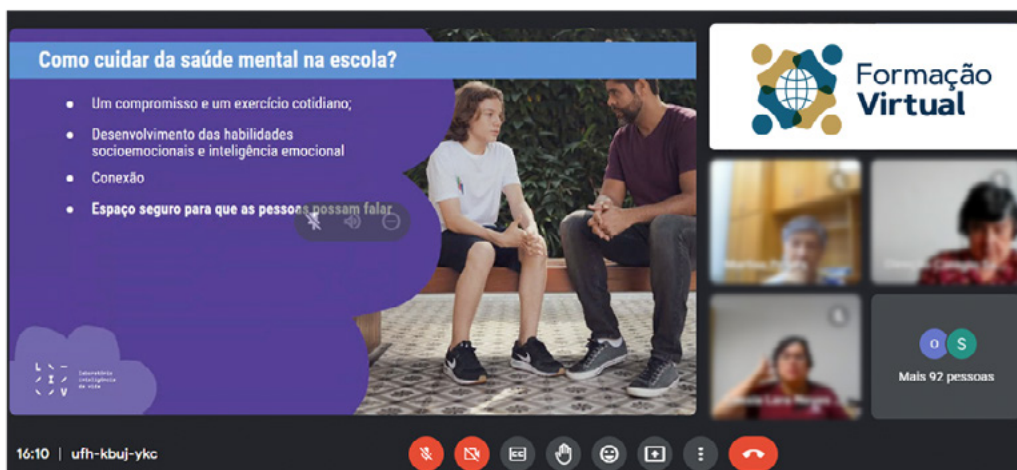
demonstrados pelos estudantes. Os resultados são explicados a partir de uma série de informações contextuais. Com o intuito de apresentar como o Saeb pode dialogar, também, com instituições privadas, ele foi a temática central em um dos dias do Ciclo de Formações, que recebeu o pedagogo José Roberto de Souza Santos, assistente técnico do Inep que atua diretamente com o teste.

Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)

O quarto dia de evento recebeu Ulysses Tavares Teixeira, diretor de Avaliação da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para apresentar, de maneira estratégica, os resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). A prova, aplicada anualmente, avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, bem como o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial.

Novo Enem

O último dia do Ciclo promovido pela ANEC, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), abordou o futuro do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Patrícia Vieira Nunes, doutora em Linguística pela Universidade de Brasília e pesquisadora-tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais (DAEB/INEP), explica que o Enem é uma avaliação em larga escala que gera resultado para o indivíduo, e não para o Sistema Educacional Brasileiro, ao contrário do Saeb. “Ele é uma das três medidas educacionais que o Inep utiliza para avaliar o Ensino Médio do país, junto com o Saeb, que mede o funcionamento da escola do município ou do estado, e não exatamente os alunos; e o Encceja, que é voltado para um público que não está na sua jornada escolar regular”, afirma.



ASSOCIADAS PARTICIPAM DE FORMAÇÕES VIRTUAIS OFERECIDAS PELA ANEC, DE FORMA GRATUITA E EXCLUSIVA, SOBRE TEMAS RELEVANTES PARA O CENÁRIO EDUCACIONAL

por *Comunicação ANEC*

Durante o primeiro semestre do ano, temas que visam contribuir para a atuação de educadores e gestores no cenário educacional foram abordados por especialistas convidados pela ANEC, de forma exclusiva, para as instituições associadas.

Os desafios para a promoção da saúde mental no ambiente escolar foram debatidos durante encontro realizado pelo Laboratório Inteligência de Vida (LIV) – programa que desenvolve o pilar socioemocional em mais de 500 escolas por todo o Brasil –, que reuniu mais de 100 professores e gestores de instituições associadas de diversos estados brasileiros. Para Renata Ishida, que é gerente Pedagógica de Conteúdo do LIV e psicóloga clínica, é fundamental falar sobre saúde men-

tal em sala de aula. “A escola é o lugar, por excelência, da infância e adolescência. Os estudantes passam muito mais tempo lá, possivelmente, do que em casa. Por isso, essa criança poderá ser bem observada em sala de aula, muitas vezes, até mais que em casa. É preciso olhar os sinais, as pequenas coisas”, comenta.

Já para debater sobre os impactos da inovação no mundo da educação, a ANEC promoveu uma formação virtual com o tema *A Inteligência Artificial e as tecnologias imersivas: realidades, possibilidades e desafios para as instituições de ensino*, a partir das reflexões do professor Luciano Sathler, membro do Fórum Nacional de Educação e do Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq). Para o especialista, é urgente inserir as novas tecnologias nas rotinas curriculares e trazer essas possibilidades para o contexto escolar. “Trata-se de utilizar a Inteligência Artificial como aliada para desenvolver o pensamento crítico em nossos alunos e gerar novos conhecimentos a partir de sua potencialidade”, explica.

Outro tema importante que provocou a reflexão dos educadores e gestores das instituições associadas foi o da inclusão. Com o intuito de ampliar a descoberta de pessoas com altas habilidades/superdotação e auxiliar nas práticas de acolhimento igualitário entre os estudantes com diferentes características e perfis, foi realizado o *webinar Inclusão: orientações pedagógicas para*

atuar com crianças com altas habilidades na escola básica, conduzido por Aline Ximenes, pedagoga participante do Grupo de Estudo do Conselho Nacional de Educação (CNE), que visa à elaboração de novas diretrizes da educação para pessoas com necessidades especiais. Aline pontua que a inclusão perpassa o direito da igualdade especificado na Constituição Federal e em outras legislações. “No contexto da educação, esse direito precisa sair do papel e ser efetivamente garantido no cotidiano das instituições de ensino”, defende. “Não há receita pronta. Pelo contrário. Devemos atuar justamente de modo a respeitar as diferenças e as singularidades de cada um e privilegiar um desenvolvimento inclusivo. Isso fica ainda mais evidente nas instituições católicas, considerando o nosso dever de acolher o próximo, pois a educação não é somente conteúdo, mas, sim, formação”, avalia.

A pauta *Prevenção e Combate à Violência no Ambiente Educacional* foi outra proposta pela ANEC, com o intuito de reunir gestores da educação básica e superior em reflexões e diálogos provocados pelo cenário vivenciado no primeiro semestre. O encontro contou com a participação de especialistas das áreas jurídica e pedagógica, da psicologia escolar e da segurança pública, que compartilharam ações assertivas e reforçaram a necessidade de buscarmos serenidade e prudência para assegurarmos um processo mais confiante em nossos ambientes escolares e acadêmicos.

Periodicamente, a ANEC oferece encontros de formação para as instituições associadas. Acompanhe a agenda de eventos no [site anec.org.br/eventos](http://site.anec.org.br/eventos) e participe!

ANEC MARCA PRESENÇA NA BETT BRASIL 2023

A Associação Nacional de Escolas Católicas (ANEC) marcou presença no encontro de educação, inovação e tecnologia da América Latina, a Bett Brasil 2023, que aconteceu em São Paulo, em maio. O evento abriu espaço para o diálogo com a participação de renomados profissionais e especialistas dos setores de educação, cultura, esporte e literatura no Congresso Bett Brasil e, na feira de negócios, contou com mais de 270 marcas expositoras, dentre elas, a ANEC.

A cerimônia de abertura do evento recebeu a 1ª vice-presidente da ANEC, Ir. Adair Aparecida Sberga, que ressaltou a importância do tema da Feira para a edição de 2023. “Este ano, a nossa temática é ‘Educação e Trabalho para Novos Futuros’, um imperativo da contemporaneidade. Nós estamos vivendo a metamorfose do trabalho, assim como a metamorfose da atuação docente. A Bett é esse espaço de partilhar, trazer nossas experiências e para que, aqui juntos, possamos encontrar

soluções coletivas, alcançando o potencial transformador da educação”, avalia. “Vamos juntos construir um futuro pacífico, justo, equitativo, solidário e sustentável”, defende.

A ANEC reforçou sua presença, participando da feira, recebendo associados e parceiros em seu estande, com o intuito de convidá-los para o VI Congresso Nacional de Educação Católica, que conta com um significativo espaço para que os gestores conheçam as mais novas tecnologias e soluções educacionais durante visita à ExpoANEC.



DIA ANEC: MAIS DE 10 ANOS DE FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO CATÓLICA PELO PAÍS

por *Comunicação ANEC*

Criado com a missão de promover e consolidar a identidade da educação católica, o Dia ANEC, além de propiciar espaços de formação continuada a professores, coordenadores, gestores e agentes de Pastoral, também celebra, anualmente, o início do ano letivo em todo o país. Realizado em parceria com os Conselhos da ANEC nos estados, o Dia ANEC se consolida como um espaço de fomento à inovação e às boas práticas educacionais e inovadoras, além de favorecer o diálogo e a interação entre a Educação Básica e o Ensino Superior, zelando pelas excelências acadêmica e evangelizadora, assim como pela consolidação do trabalho em rede.

Os estados do Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Goiás, Pernambuco e Maranhão foram os primeiros a realizar o Dia ANEC, entre janeiro e fevereiro de 2023. Com programação que conecta o tema ao fazer diário nas instituições, os encontros propiciaram diálogos e palestras sobre os principais desafios e prioridades para o fortalecimento da educação

católica no país. O evento contou com a participação de gestores, educadores, professores, diretores, supervisores, religiosos e autoridades.

Nos meses de março, abril e maio, foi a vez de os estados de Alagoas, São Paulo, Pará, Distrito Federal, Mato Grosso, Santa Catarina, Tocantins, Minas Gerais, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Bahia receberem o evento.

“O Dia ANEC é um dos movimentos mais importantes da nossa Câmara de Educação Básica. Acontece uma confraternização de todos os professores e educadores das escolas católicas de cada estado. Nele, nós oferecemos subsídios e formação, a partir de palestras e atividades com as nossas associadas”, explica a gerente da Câmara de Educação Básica da ANEC, Roberta Guedes.

Realizado há mais de 10 anos, o Dia ANEC também se consolida como o principal espaço para divulgação da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). “O

Dia ANEC nos possibilita a ampliação dos espaços de diálogo e interlocução da ANEC com a CNBB e com a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), nos âmbitos nacional e regional. É mais de uma década de fortalecimento da identidade católica, por meio da formação de professores, coordenadores, gestores e pastoralistas das instituições católicas da cidade e do estado no qual o evento é realizado”, explica Roberta.

Nos últimos anos, explica a gerente, o Dia ANEC cresceu e se consolidou nas unidades federativas, gerando engajamento e ampla participação de toda a comunidade escolar católica. “O resultado dessa mobilização é o crescimento de parcerias com sindicatos patronais nas unidades federativas, bem como com outros organismos que atuam na área educacional e diferentes instâncias do poder público. Tudo isso demonstra o quanto o encontro é importante para dar visibilidade ao serviço prestado pela ANEC à educação católica e à sociedade brasileira”, reforça.





Foto: Comunicação Oducal / Mário Ochoa

ANEC PARTICIPA DE PEREGRINAÇÃO A ROMA E TEM ENCONTRO COM PAPA FRANCISCO

por *Comunicação ANEC*

A Associação Nacional de Educação Católica (ANEC), por meio do diretor-presidente, Pe. João Batista, participou da Peregrinação de Reitores a Roma pelos 70 anos da Organização das Universidades Católicas da América Latina e do Caribe (ODUCAL), em abril.

A programação contemplou a vivência de significativos momentos em Roma. O principal deles foi uma audiência privada com o papa Francisco nesta quinta-feira, dia 4. Além da audiência privada, os reitores tiveram um encontro na Universidade LUMSA, no qual analisaram a situação das universidades católicas da região e apresentaram as iniciativas locais pelo Pacto Educativo Global. Na ocasião, Pe. João Batista, que também é reitor do Centro Universitário São Camilo, teve uma fala sobre a atuação da ANEC em todo o Brasil e sobre a importante parceria com a ODUICAL e as universidades católicas brasileiras.

Eles participaram, também, das conferências do cardeal José Tolentino de Mendonça, prefeito do Dicastério da Cultura e Educação, e de Dom Guy-Réal Thivierge, secretário-geral da Fundação Gra-

vissimum Educationis. Vale lembrar que Dom José Tolentino participará do VI Congresso Nacional de Educação Católica, promovido pela ANEC, nos dias 29 e 30 de junho e 1º de julho, em Salvador/BA, na conferência *Educar para a Cidadania Global: caminhos do desempenho para o engajamento*.





A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA A APRENDIZAGEM: DESENVOLVENDO NOVAS MENTALIDADES, HABILIDADES E PROTAGONISMO.

por *Cláudia Valéria Pinho Lopes*

Cláudia Lopes é psicóloga, psicopedagoga e palestrante internacional. Atua como consultora sênior de serviços de desenvolvimento profissional para a Oxford University Press.

A avaliação para aprendizagem é um tema de interesse global, uma vez que indica caminhos para a melhoria do ensino em tempos de busca pelo desenvolvimento de novas habilidades, empoderamento e protagonismo do aluno.

Também conhecida como avaliação formativa, representa uma ferramenta muito eficaz para o fomento de habilidades de pensamento de ordem superior. Essas habilidades atuam no contexto escolar como catalisadores da aprendizagem e facilitam a transposição e utilização de conteúdos de forma crítica e prática, uma vez que vão além da simples observação de fatos ou memorização.

Ao convidarmos nossos alunos a participarem ativamente no processo de aprendizagem, dando sentido aos conteúdos e conectando-os com seus interesses, necessidades e com o mundo real, ampliamos a dimensão do processo e incentivamos a aprendizagem mais profunda. Essa conexão entre o universo escolar e o mundo real permite que os alunos adotem uma postura investigativa e prática, beneficiando o aprendizado e seu desenvolvimento como seres criativos, críticos, verdadeiros cidadãos globais. E quando nossos alunos adotam uma postura crítica e reflexiva em relação ao próprio aprendizado, torna-se evidente o desenvolvimento de motivação e engajamento.

Ao realizarmos o monitoramento do progresso dos alunos por meio de variadas tarefas, identificando avanços, lacunas e necessidades a serem trabalhadas, colocamos a avaliação formativa como uma ferramenta de grande utilidade, trazendo incentivo para que níveis mais elevados de aprendizado sejam alcançados, preparando não somente para a universidade ou para o mercado do trabalho, mas para a vida.

Geralmente encaramos os passos do processo avaliativo como algo a ser desenvolvido exclusivamente pela instituição de ensino, mas não podemos nos esquecer da importância das avaliações externas, como as certificações internacionais. Elas precisam trazer um formato condizente com o mundo atual, o perfil e a linguagem dos alunos para que eles realmente se conectem com a proposta.

São muito bem-vindos exames que utilizem ferramentas digitais de fácil uso, sejam adaptativos e coloquem os alunos na chamada “zona de aprendizado” e não de pânico ou conforto.

Para construir um processo avaliativo completo e equilibrado, é necessário ter diagnósticos sólidos, intenções de aprendizagem claras e critérios de sucesso definidos, além de um *feedback* eficaz.

No processo diagnóstico não devemos considerar apenas conteúdos aprendidos previamente, mas também os microcosmos nos quais nossos alunos estão inseridos, a forma como aprendem e se relacionam com o mundo, seus desejos e suas dores.

Um dos aspectos fundamentais para uma avaliação bem construída é o *feedback*. Quando usado de forma construtiva, ele torna os aprendizes mais independentes, resilientes e reflexivos ao longo de suas trajetórias.

O feedback eficaz precisa ser claro, específico e oportuno. Deve estar visivelmente conectado à intenção de aprendizagem e apresentado na dose adequada. Outro ponto que precisa ser destacado é o prazo para a entrega dos resultados e compartilhamento do feedback. Sabemos que as novas gerações são altamente sensíveis a prazos. Quanto mais

rápido for a entrega, maior engajamento em atividades de recuperação, expansão ou aprofundamento de conteúdos serão obtidos e mais significativo se tornará o processo.

Quando o aluno entende os critérios envolvidos e o feedback se concentra na tarefa, e não no aluno, temos algo fundamental para a construção do sucesso. O professor pode desenvolver novas estratégias em conjunto com os alunos, ao invés de propor soluções. Os alunos são desafiados a alcançar níveis de aprendizado cada vez mais elevados, refletindo e avaliando seu próprio desempenho.

Nesse contexto, o professor atua como um facilitador, um mediador do processo, utilizando todas as suas habilidades, experiência e sensibilidade, encorajando e motivando os alunos a se envolverem e se beneficiarem de uma forma ímpar.

Concluimos nossa reflexão destacando que, em uma realidade na qual buscamos nos adaptar aos novos desafios diariamente, proporcionando aprendizado profundo e de alta qualidade, preparando nossos alunos para serem agentes em um mundo em constante e acelerada evolução, a avaliação como instrumento para a aprendizagem se mostra como uma das melhores alternativas para a construção de futuros promissores e sustentáveis.

Referências

- Boyd E, Green A, Hopfenbeck TN, Stobart G (2019) ‘Effective feedback: the key to successful assessment for learning’, *ELT position papers*: Oxford University Press.
- Chandler-Grevatt, A. (2018). *How to assess your students: Making assessment work for you*. Oxford: Oxford University Press.
- Christodoulou, D. (2017). *Making good progress: The future of assessment for learning*. Oxford: Oxford University Press.
- Jang, E. E. (2014). *Focus on assessment*. Oxford: Oxford University Press.

ANEC APRESENTA RESULTADOS DO PROJETO INDICADORES DE DESEMPENHO FINANCEIROS DAS MANTENEDORAS

por *Comunicação ANEC*

Com o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão educacional e administrativa das instituições mantenedoras da educação católica, a ANEC apresentou, em outubro de 2022, um compilado de dados do programa *Indicadores de Desempenho Financeiro* das instituições católicas, fornecidos pelas próprias associadas que se voluntariaram a participar. O objetivo é proporcionar uma análise mais aprofundada sobre o cenário financeiro das associadas. O projeto é realizado de forma contínua, a partir do envio regular das informações contábeis de cada instituição participante à ANEC.

Colhidos a partir de amostras das instituições associadas que aderiram ao projeto, os indicadores deverão servir como parâmetro e referência para a avaliação financeira das mantenedoras de todo o país, conforme explicou o assessor do projeto, o CEO da Ruiz Educação e Consultoria, Euvaldo Ruiz. “O nosso objetivo é criar um produto de apoio à educação financeira e de profissionalização da gestão, além de dar um norte para as associadas dentro do seu processo decisório”, afirma. “O relatório é como um guia para indicar o melhor caminho a seguir”, conclui.

Com informações referentes aos anos de 2019, 2020 e 2021, os indicadores estão organizados por temas, como liquidez, rentabilidade, endividamento, *performance* dos custos e das despesas, além das análises do patrimônio com séries históricas. Após analisados, os números permitem ao especialista traçar um perfil médio das mantenedoras. Com isso, os indicadores poderão ser utilizados como balizador para a melhoria contínua na prestação dos serviços, bem como para o aprimoramento da gestão financeira dessas instituições.



Dentre os indicadores resultantes do levantamento, destaca-se o crescimento da inadimplência, que, segundo o levantamento, ficou em 6% no período de 2017 a 2021. O percentual, embora tenha aumentado, pode ser considerado baixo, uma vez que a pesquisa compreende o início da pandemia do coronavírus no país, que impactou fortemente a atividade das instituições de ensino segundo o assessor. Outro dado de destaque é o do DRE (Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado), que compreende receita líquida, custo, despesas e outras receitas. Segundo Euvaldo, houve um incremento no *superávit*, com crescimento de 24%, no período de 2017 a 2021. “Esses números mostram que, em média, o índice da ANEC – com os dados das associadas – apresenta um cenário positivo”.

Adesão ao projeto

O especialista aponta que, para esse levantamento, houve uma variação de associadas que enviaram os balanços. Novas associadas ingressaram no projeto e outras não enviaram suas informações financeiras. Nesse contexto, foram apresentados indicadores mais positivos. Conforme análise apresentada no relatório, foi projetado um cenário considerando as associadas ausentes. Sendo assim, o índice de inadimplência obteve uma variação positiva de 83%, de 2017 a 2021, e uma variação de *deficit* de 21% no mesmo período. Esse cenário pro-

jetado evidencia um significativo comprometimento da gestão financeira nas instituições associadas à ANEC.

Entretanto, Eivaldo ressalta que é importante que as instituições que participaram da pesquisa não façam as avaliações, exclusivamente, com base nesses índices. Segundo ele, é preciso ter metas de resultado e números melhores de *performance*. “É por isso que nós também trazemos projeção com as instituições que participaram anteriormente, mas este ano não enviaram os seus dados, pois esse número, que é positivo, pode acabar caindo e mostrando que os indicadores não estão tão bons quanto o esperado”, comenta. “Então, para os próximos relatórios, nós queremos trazer o maior número possível de balanços, para que esses dados se tornem ainda mais fidedignos e permitam que se conheça o nosso parâmetro de educação católica”, reforça o especialista.

Outro destaque importante desse trabalho foi a oportunidade de avaliar a forma adotada por algumas instituições quanto à gestão contábil. Se faz necessária a revisão da gestão contábil; resolver as questões normativas básicas é de suma importância, pois, dessa forma, as instituições solucionarão boa parte dos problemas internos e externos. Essas correções e as observações em face às normativas trarão mais segurança para os gestores e, principalmente, para os religiosos que estão à frente de suas instituições.

Eivaldo Ruiz reforçou a importância de se criar a cultura de coleta e envio dos dados por parte das associadas. “Posteriormente, os gestores poderão se dedicar à análise dessas informações. Todos esses números, após compilados, podem auxiliar as instituições a traçarem metas e objetivos financeiros, tendo como referência os parâmetros aplicados e executados pelas demais instituições do mercado”, explica o contador.

Formação contínua

De acordo com Fabiana Deflon, gerente da Câmara de Mantenedoras e responsável pelo acompanhamento do projeto, a expectativa é que, em breve, a ANEC lance um curso com foco nos *Indicadores de Desempenho Financeiro nas Instituições Associadas*. “O curso terá como objetivo extrair e inter-

pretar informações financeiras de valor, por meio das demonstrações contábeis das associadas”. Ele será voltado para dirigentes, gestores, contadores e demais profissionais da área financeira das instituições, com aulas expositivas, exercícios práticos e a apresentação de *cases* e relatórios. “A intenção é que mais pessoas entendam a importância desses indicadores financeiros no processo de decisão da instituição”, afirma Fabiana.

Projeto Indicadores Financeiros da ANEC

Lançado em 2018, o programa tem como objetivo coletar diversos dados financeiros das instituições participantes para a elaboração de Relatórios de Análises do Desempenho Econômico e Financeiro consolidado das associadas à ANEC. “Realizar a apuração das demonstrações contábeis da instituição é uma forma importante de medir seu desempenho. Porém, não basta apenas levantar os números. Um bom gestor financeiro deve entender quais indicadores devem ser apurados, analisar e interpretar os resultados e tomar decisões assertivas para o futuro da organização”, explica Eivaldo.

O levantamento permite a avaliação de diversas informações, como situação financeira e econômica; desempenho; eficiência na utilização de recursos; quadro evolutivo, tendências e perspectivas; causa das alterações na rentabilidade; avaliações de alternativas econômico-financeiras futuras, dentre outras.

Fabiana reforça que os dados fornecidos pelas associadas são tratados de forma sigilosa e ética. “Inclusive, a entrega do relatório é feita apenas ao presidente da mantenedora e aos dirigentes indicados por ele, mantendo a privacidade dos dados analisados”, comenta a gerente.

Para que sua mantenedora também faça parte do projeto *Indicadores de Desempenho Financeiro* e tenha um retrato fidedigno do cenário financeiro da sua instituição, envie um e-mail para mantenedoras@anec.org.br.



ANEC ESTÁ DE VOLTA À SEDE PRÓPRIA!

por *Comunicação ANEC*

Desde o mês de março, as atividades do Escritório Nacional da Associação Nacional de Educação Católica vêm sendo realizadas de forma presencial na sede da ANEC: um ambiente especialmente preparado para receber as instituições associadas, com uma arquitetura inovadora, aconchegante e que conta com o cuidado da sustentabilidade ao utilizar placas fotovoltaicas para geração de energia elétrica.

Nos dias 27 e 28 de abril, o Conselho Superior da ANEC reuniu-se para a primeira reunião na nova sede e recebeu autoridades, associadas e parceiros no local.

O novo espaço proporciona ambientes mais confortáveis e adaptados para reuniões e conta, ainda, com uma sala exclusiva para associadas. O objetivo é oferecer um espaço de apoio às instituições para que, em caso de necessidade, possam realizar reuniões e produzir documentos de forma privativa.

“Preparamos esse espaço para melhor acolher nossas associadas, o Conselho Superior e a Diretoria, com detalhes especialmente pensados para o conforto e bem-estar de todos”, afirma o secretário-executivo da ANEC, Guinartt Diniz, reforçando o convite para que todos conheçam o local em momento oportuno. “Estamos aguardando cada um de vocês em nossa sede!”



Faça-nos uma visita!

Estamos localizados na SCLN 102, Bloco C, sala 102
Ed. HP Center, Asa Norte, Brasília/DF.

FAKE OU FATO: A IMPORTÂNCIA DE DESENVOLVER O SENSO CRÍTICO NOS ESTUDANTES

por *Assessoria de Produção de Conteúdo da ANEC*

A propagação de notícias falsas sempre existiu, mas a expressão fake news ficou conhecida, mundialmente, durante a eleição presidencial norte-americana em novembro de 2016. Geralmente, as informações enganosas são disseminadas em formatos jornalísticos e costumam ser veiculadas em sites, blogs e redes sociais.

No Brasil, as fake news têm tomado grandes proporções e se faz necessário que, ainda na educação básica, os estudantes sejam provocados a desenvolver uma conscientização para distinguir fato de opinião. É preciso ter a habilidade para entender os diferentes tipos de conteúdo e, assim, evitar a disseminação em massa de inverdades, principalmente via redes sociais.

As escolas são um local de formação crítica, social e intelectual, que visa formar cidadãos conscientes e engajados para a sociedade. Portanto, é um ambiente propício para se discutir como as

notícias falsas são construídas e para aguçar o senso crítico nos estudantes.

Essa alfabetização midiática visa formar cidadãos capazes de interpretar e reconhecer a legitimidade das informações às quais são expostos todos os dias. A importância de discutir o tema no espaço escolar vai despertar nos alunos a habilidade de perceber quando um assunto real está sendo distorcido pelo emissor da mensagem por motivações pessoais, políticas, sociais e até mesmo econômicas.

Ensinar os alunos a questionarem a razão da existência das notícias e informações que circulam pela internet é o primeiro passo para a conscientização sobre o bom uso da informação. Isso também cria, nos jovens, o hábito de analisar os conteúdos e reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataques

aos direitos, descobrir formas de expressar argumentos contrários com respeito e educação.

O hábito de refletir sobre o conteúdo pesquisado

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) discorre sobre a cultura digital e a promoção da alfabetização e do letramento digital. Explicitamente, diz sobre o uso ético das tecnologias digitais para se comunicar, obter e disseminar informações, focando não somente na utilização da tecnologia em si, como uma forma de promover a inclusão social, mas de reforçar o questionamento sobre a qualidade dessas interações com a tecnologia.

É válido incentivar pesquisas em sites confiáveis, a leitura de notícias falsas e verdadeiras e a posterior discussão sobre a validação delas, bem como levantar questões sobre autoria, plágio e qualidade da informação.



AULAS NO METAVERSO JÁ SÃO REALIDADE NOS COLÉGIOS CATÓLICA BRASÍLIA E CURITIBA

Estudantes do Ensino Médio têm acesso a conhecimentos multidisciplinares de forma imersiva em realidade virtual e utilizam o ChatGPT como ferramenta de aprendizagem

por **Karen Fukushima | Intrépida Comunicação**

Com o objetivo de desenvolver competências do futuro do mundo do trabalho e auxiliar os estudantes do Ensino Médio na escolha por cursos e profissões, os Colégios Católica Brasília e Curitiba oferecem a disciplina eletiva e o itinerário formativo “Cultura Maker: Metaverso”, que abrange conhecimentos multidisciplinares em programação, robótica, realidade virtual, realidade aumentada e realidade mista, *blockchain*, NFT, gráficos 3D, entre outros, como Biologia, Matemática e Geografia.

Na primeira aula da disciplina em Brasília, o professor José João organizou a turma em grupos e lançou um desafio: os alunos precisavam utilizar os recursos do metaverso para solucionar problemas reais, de mobilidade urbana a tratamento de água e esgoto. “Havia sempre três ou quatro alunos de cada grupo trabalhando em pesquisa e debatendo, e um no metaverso, assistindo a vídeos, acessando a plataforma de ensino com os óculos de realidade virtual. Depois, reuniram as informações e reflexões para produzir a apresentação”, conta.

A iniciativa de oferecer o conteúdo no metaverso veio da Agência de Inovação do Grupo UBEC (IDE), que vai expandir, em breve, o projeto para outras instituições de educação básica do grupo. “Entendemos que precisávamos de um projeto que permitisse a conexão com a realidade dos estudantes, os quais cresceram conectados e imersos no mundo digital, e, ao mesmo tempo, não replicasse uma sala de aula dentro do metaverso. Sendo assim, criamos um projeto que mescla momentos de imersão com aulas práticas para o desenvolvimento de metaverso e de uma *smart city* no metaverso. Dessa forma, estamos promovendo o engajamento dos estudantes e desenvolvendo as competências necessárias em relação ao futuro do trabalho”, explica o Head de Inovação da Agência de Inovação do Grupo UBEC, Maurício Becker.

A disciplina eletiva, direcionada para o 1º e o 2º anos do Ensino Médio, possui três módulos: aulas de Realidade Virtual com uso de óculos Quest2 e aplicativo de imersão; *Smart Cities* com Inteligência Artificial, Robótica Educacional e Criação de Sistema Inteligente para o Tratamento de Água; e, por último, Sistema de Saúde Inteligente, com modelagem em 3D para a criação de protótipo que traga soluções ao mundo real.

ChatGPT

Outra tecnologia que ganhou holofotes em todo o mundo, recentemente, foi o ChatGPT, ferramenta que utiliza tecnologia de processamento de linguagem natural para conversar com usuários e fornecer respostas úteis às perguntas feitas.

O professor José João explica que incentivou os alunos a usarem o ChatGPT no primeiro encontro com a turma e conta como foi a reação dos estudantes. “Um deles virou pra mim e disse ‘o senhor está nos ensinando a burlar o sistema?’ e foi quando respondi que não estava mostrando como burlar o sistema, mas, sim, como usar o sistema pra produzir conhecimento e transformar isso em informações úteis que vão fazer diferença na vida e no dia a dia deles”.

Para a analista de Tecnologia Educacional da UBEC, Lucimara Barbieri Kucek, “O ChatGPT, assim como outras inteligências artificiais generativas, forçará a resignificação da educação básica, saindo de um modelo ainda focado na transmissão de conteúdo, em teoria, centralizado no papel docente, para um modelo focado no desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e habilidades de forma prática, centralizado no estudante”.



Estudantes da Católica utilizando os óculos Quest2 e aplicativo de imersão em realidade virtual.



ENSINO DE INGLÊS E DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES DESEJADAS PARA O SÉCULO 21: UM CAMINHO POSSÍVEL

por **Nicole Vieira da Rosa Tontini**

Coordenadora Pedagógica da Língua Inglesa do Colégio São José - Rede Santa Paulina

Como se aprende uma segunda língua? Qual é a melhor maneira de ensiná-la? Quais são as estratégias de ensino que demonstram ser mais eficazes? Essas são algumas das questões que vêm orientando os pesquisadores do aprendizado de segunda língua ao longo dos anos, uma vez que muito tem sido pesquisado sobre métodos e diferentes abordagens de ensino. Dentre os diversos métodos e as variadas abordagens utilizados nas últimas décadas, mais recentemente, a Abordagem Baseada em Projetos (ABP), em inglês *project-based learning* (PBL),

vem ganhando a atenção como um método eficaz, também, para o ensino de uma segunda língua.

PBL e as habilidades necessárias para o século XXI

Pensamento criativo e crítico, resolução de problemas e comunicação são algumas das habilidades conhecidas como necessárias para o século XXI. Binkley et al (2012) definem essas habilidades como aquelas que podem ser ensinadas, para que contribuam para a maneira como os alunos pensam, aprendem, trabalham e vivem. Como aponta o rela-

tório do *Global Partnership for Education* (2020), tais “saberes” ganharam atenção considerável no discurso mundial sobre educação. Isso significa que um número crescente de nações está determinado a fazer esforços para que seus sistemas educacionais se concentrem no desenvolvimento de mais do que as habilidades cognitivas tradicionais, como alfabetização, matemática e ciências, pois já se entende que elas não são mais suficientes para garantir empregabilidade bem-sucedida, pautada no desenvolvimento sustentável (incluindo direitos humanos, cidadania global

e valorização da diversidade cultural).

Em uma visão mais ampliada, discute-se que as habilidades necessárias para o século XXI incluem criatividade e inovação, pensamento crítico, resolução de problemas, tomada de decisão, aprender a aprender, metacognição, comunicação, colaboração (trabalho em equipe), letramento da informação, alfabetização em TIC (tecnologia da informação e comunicação), cidadania (local e global), projeto de vida, carreira e responsabilidades pessoal e social, que incluem consciência cultural (BINKLEY et al, 2012). Bob Lenz, diretor executivo do *Buck Institute for Education* (BIE), usa o prefácio de Boss e Lerner (2018) com o propósito de chamar a atenção para a importância dessas habilidades para lidar com as mudanças do mundo. Lenz afirma que o PBL é um método de ensino que pode contribuir para o desenvolvimento de tais habilidades, pois, quando bem realizado, torna-se uma ferramenta que os alunos podem usar para aprender não apenas o conteúdo acadêmico, mas também as habilidades que serão necessárias para lidar com os desafios contemporâneos do mundo em que vivem.

PBL na prática – um exemplo de projeto

Jogos on-line contra a covid-19 – Professora Thanny Zimermann

A turma do 2º ano do Ensino Fundamental do English CLUB (programa de contraturno escolar bilíngue do Colégio São José – Itajaí, SC) retorna às aulas em 2021 e, como no resto do mundo, os estudantes estão usando máscaras, álcool em gel e buscando manter a distância imposta pelo vírus que os privou de ir à escola e do convívio social durante todo o ano de 2020.

Diante de tantos medos, angústias e perdas, bem como da dificuldade em manter os protocolos de segurança entre as crianças, ávidas por brincar, falar, correr e abraçar, as conversas sobre a necessidade dos cuidados se fizeram necessárias todas as manhãs. Ao refletirem sobre como isso tudo era chato e difícil e se colocarem no lugar de crianças ainda menores que elas próprias, o grupo, que gostava muito de jogos, especialmente dos jogos eletrônicos (durante um ano isolados em casa, foi o que lhes restou, não é mesmo?), a professora e a turma pensaram: e se criássemos um jogo *on-line* sobre a covid-19? O tema era complexo, bem como a opera-

cionalização dessa proposta. Depois de muitas conversas e pesquisas, surge a pergunta norteadora: como podemos criar um jogo *on-line* para ensinar outras crianças a se protegerem do coronavírus?

As pesquisas envolveram aprofundar o entendimento sobre o vírus e a doença, bem como sobre as formas de proteção mais ou menos eficazes. Os estudantes buscaram informações sobre tipos de jogos e compararam os atuais com aqueles que os pais e avós jogavam. Discutiram sobre o que são atitudes importantes para um bom jogador, sobre os malefícios e benefícios dos jogos *on-line* e sobre *fair-play*. Para conseguirem, de fato, colocar a mão na massa e desenvolver o jogo, receberam especialistas na área de tecnologia e um colega mais velho que já utilizava a plataforma SCRATCH (escolhida para a produção do jogo) para ensiná-los a utilizá-la. Mão na massa e muita pesquisa sobre roteiro, *layout* e programação se fizeram presentes no projeto, que desenvolveu dois jogos: um em que o avatar precisa pular os vírus, a fim de não os tocar, e outro em que o avatar deve recolher equipamentos de proteção que caem do céu (máscara, vacina e álcool em gel) para evitar o vírus. Os jogos foram disponibilizados para as crianças do colégio e você pode acessá-los em:

<https://scratch.mit.edu/projects/529443290>

<https://scratch.mit.edu/projects/530027650>

Ao professor que deseja utilizar o PBL

Escolher o PBL é saber-se sem controle de tudo o tempo todo, pois a voz e a escolha dos alunos se fazem presentes e, por vezes, mudam o planejamento que havíamos tão carinhosamente traçado. No entanto, escolher o PBL é decidir ser um professor mais crítico e aceitar a criticidade da turma. É escolher proporcionar aos alunos oportunidades que jamais teriam em uma aula de Inglês (ou de qualquer outro componente curricular) que utilize uma metodologia tradicional. Por isso, obrigo-me a avisá-lo: é um caminho sem volta, pois você terá dificuldade em se acomodar na caixa, uma vez que descobrir todas as possibilidades que existem fora dela!

LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO DO UNILESTE (UNILAB) JÁ BENEFICIOU MAIS DE 50 EMPRESAS NO LESTE DE MINAS GERAIS

O UNILAB, por meio de equipes interdisciplinares de universitários e docentes, presta apoio e serviços de gestão, administração e manutenção para pequenas e grandes empresas de diversos nichos.

por **Daniella Oliveira**
Supervisora de Comunicação e Marketing da Unileste



Proximidade com o mundo do trabalho; aplicação de metodologias ativas; execução de projetos e resolução de problemas reais; desenvolvimento social e econômico. Esses são alguns dos desafios das instituições de ensino superior que buscam atuar como agentes do sistema de inovação e propor uma formação de qualidade e integral aos graduandos. Foi pensando nisso que, em 2019, o Laboratório de Inovação e Soluções (UNILAB) foi criado, a fim de fortalecer e

expandir as atuações inovadoras do Centro Universitário Católica do Leste de Minas Gerais (Unileste), localizado na Região Metropolitana do Vale do Aço.

O UNILAB é um laboratório de estudos, pesquisas e desenvolvimento de soluções de problemas nos campos da gestão, produção e prestação de serviços para empresas e organizações da sociedade do Vale do Aço.

O objetivo do projeto é caracterizar-se como um espaço de aproximação entre a academia e o mundo do trabalho, com o intuito de possibilitar aos estudantes a aprendizagem prática, a partir de demandas e necessidades reais das empresas e organizações. Diante das solicitações cadastradas no Laboratório e da análise prévia da IES, equipes multidisciplinares de estudantes são criadas para o desenvolvimento da solução, sempre supervisionadas por uma comissão docente.

Segundo o professor e coordenador do projeto, mestre Marcílio Cardoso, o UNILAB contribui para que o aluno “desenvolva competências fundamentais para a ampliação do pensamento crítico, resolução de problemas, liderança, consciência social e flexibilidade para lidar com diferentes pessoas e clientes”, ressalta.

Desde que foi criado, já foram desenvolvidos mais de 50 projetos no UNILAB, em diferentes áreas e sobre serviços diversos, tais como: apoio na gestão e administração de pequenas empresas; desenvolvimento de softwares e de processos; aplicação de tecnologia para o beneficiamento de rejeitos da mineração; projetos de revitalização arquitetônica; projetos arquitetônicos e de instalações prediais, entre outros.

Caso de sucesso

Uma das últimas soluções desenvolvidas foi a criação de um sistema de tratamento de um afluente, que apresentava óleo, graxa e surfactantes, para uma empresa localizada no município de Timóteo (MG). O projeto envolveu sete estudantes e três docentes do curso de Engenharia Química do Unileste.

“Durante o trabalho, foi possível observar o desenvolvimento de habilidades e competências importantes dos graduandos, como: a autonomia, a autoconfiança e o protagonismo, a responsabilidade e a resiliência, a adaptabilidade, a análise e a identificação de problemas, a formulação de hipóteses e o desenvolvimento de soluções, a responsabilidade socioambiental, a aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala e laboratórios, entre outras”, ressalta o professor.



Contato com o mercado

Com o UNILAB, o Centro Universitário aposta na construção da aprendizagem por meio da realização de projetos que buscam atender a demandas reais da comunidade e do mercado de trabalho. Ou seja, configura-se como uma primeira experiência do estudante no exercício da profissão – um link efetivo do futuro egresso com o mercado de trabalho.

Para além dos benefícios gerados para a comunidade acadêmica, segundo o pró-reitor acadêmico do Unileste, Dr. Marcelo Vieira Corrêa, o UNILAB tem atendido, de forma irrestrita e gratuita, à população da região do leste de Minas Gerais, em muitos casos, criando soluções inovadoras e resolvendo problemas para instituições carentes e com limitações financeiras.

“O Laboratório permite que a formação dos alunos seja mais alinhada com o mercado de trabalho. A partir disso, têm surgido oportunidades para o empresário, que recebe uma proposta de solução do problema apresentado; para o aluno, que tem acesso às demandas reais e proximidade com empregadores; e para o Unileste, que cumpre o seu papel enquanto instituição de ensino inovadora e de referência na região”.

Para conhecer mais sobre o projeto UNILAB do Unileste, acesse a página no site www.unileste.cato-lica.edu.br/unilab.



PLATAFORMA REDIGIR: CONHEÇA AS SOLUÇÕES PARA O ENSINO DE ESCRITA

“Seu aluno no centro do processo. Sua escola no topo do ranking.” Esse é o slogan da plataforma Redigir, ferramenta para o ensino de escrita na educação básica. Parceira da ANEC e de suas associadas, a ferramenta oferece recursos para simplificar, controlar e organizar a rotina escolar, além de instrumentos de diagnóstico para identificar as dificuldades de escrita dos alunos, permitindo que eles possam trabalhar esses pontos de forma mais eficiente.

Presente em mais de uma centena de unidades escolares nas cinco regiões do país, a Redigir oferece uma grande variedade de serviços voltados ao ensino de escrita, como percursos de aprendizagem exclusivos, com videoaulas, tópicos de gramática e listas de exercícios, além do maior banco de temas de redação do Brasil. São, aproximadamente, 1.500 propostas à disposição da instituição, do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, conforme nos explica o diretor-executivo da empresa, Rodrigo Simões.

1 - O que é a plataforma Redigir?

A plataforma Redigir é uma ferramenta inovadora e adaptativa para o ensino de escrita na educação básica. Ela se apoia nas dificuldades dos alunos para oferecer a eles conteúdos personalizados e adaptados às necessidades individuais. Além disso, oferece recursos para simplificar, controlar e organizar a rotina escolar. A Redigir é a única plataforma adaptativa para o ensino de escrita no Brasil e se orgulha de oferecer assessoria pedagógica especializada e de garantir qualidade de correção. Com a metodologia da Redigir, já presente em mais de uma centena de unidades escolares nas cinco regiões do país, as escolas católicas contarão com um processo pedagógico baseado em evidências linguísticas, a partir das quais determinados conteúdos são priorizados e oferecidos em percursos de aprendizagem especificamente destinados ao aluno.

2 - Quais são os principais serviços da Redigir?

Com, aproximadamente, 1.500 propostas à disposição da instituição, a plataforma Redigir é a única adaptativa para redação do país. Oferecemos correções de redação feitas por uma equipe da ferramenta, com máxima qualidade, na frequência definida pela escola. Disponibilizamos, ainda, assessoria pedagógica e suporte técnico dedicados para cada unidade escolar.

3 - Em relação aos serviços oferecidos pela plataforma Redigir, quais são as principais vantagens às instituições associadas à ANEC?

As instituições associadas à ANEC que utilizam os serviços da plataforma Redigir podem contar com vantagens exclusivas, como descontos especiais de até 20%. Além disso, a plataforma oferece assessoria pedagógica e suporte especializados para aper-

feiçoar o processo de ensino de escrita em instituições profissionais.

4 - Para os alunos das escolas de educação básica que contam com o serviço da plataforma Redigir, quais são as principais vantagens?

Os alunos que utilizam os serviços da plataforma Redigir podem contar com uma metodologia baseada em evidências linguísticas, o que garante uma aprendizagem eficaz e personalizada. Além disso, a ferramenta oferece recursos para simplificar, controlar e organizar a rotina escolar, assim como instrumentos de diagnóstico para identificar as dificuldades de escrita dos alunos, permitindo que eles possam trabalhar esses pontos de forma mais eficiente. Também há acesso a videoaulas, materiais de apoio, pesquisas sobre práticas pedagógicas e muito mais. Tudo isso visa proporcionar uma aprendizagem completa e personalizada a cada aluno, ajudando os estudantes a atingirem os objetivos de escrita.

5 - A plataforma é responsável pela publicação anual da Revista Redigir, que contém a Pesquisa Nacional sobre Práticas Pedagógicas. Qual é a importância dessa publicação?

Essa publicação é muito importante para profissionais da área de educação e traz informações valiosas sobre tendências, desafios e práticas pedagógicas atuais. Neste ano, a revista também inclui uma matéria muito relevante sobre o papel da Inteligência Artificial na escola.

Para conferir, basta acessar o link: <https://conteudo.plataformaredigir.com.br/gestao-pedagogica-em-redacao>.

Sua escola,
no topo do
ranking.



01 CORREÇÃO SOBRE TRILHOS

02 ASSESSORIA PEDAGÓGICA

03 PERCURSO DE APRENDIZAGEM

04 GESTÃO ESTRATÉGICA



VOCÊ JÁ ESTÁ TRABALHANDO EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA SUA ESCOLA?



Vivemos em uma sociedade na qual muito se consegue por meio do dinheiro. Trocamos dinheiro por alimentos, remédios, tratamentos estéticos e de saúde, educação, roupas e acessórios, higiene, lazer, viagens etc. Com ele, podemos ajudar outras pessoas, solucionar doenças, diminuir a fome, reduzir a poluição, contribuir com pesquisas e desenvolvimento e minimizar impactos ambientais.

Para viver bem e contribuir com o mundo ao redor, precisamos mais do que dinheiro. Ele é apenas um dos recursos disponíveis, o qual precisa ser somado a autoconhecimento, iniciativa, habilidades socioemocionais, conhecimento e ações. No entanto, a falta de dinheiro ou a má gestão dele afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas. Os problemas financeiros, e não apenas a falta de dinheiro, podem destruir relacionamentos, famílias, prejudicar a saúde e causar danos sociais e ambientais sérios.

A Educação Financeira Comportamental pode contribuir para que as pessoas façam a gestão sustentável e responsável do fluxo de dinheiro, independentemente da quantidade. Ela gera mudanças de percepção, amplia o olhar e melhora o repertório financeiro, que ajudam a melhorar a qualidade das decisões ao longo do tempo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) indica a Educação Financeira, a Educação Fiscal, o Consumo, o Trabalho, entre outros, como temas contemporâneos obrigatórios e, a partir disso, o desafio está em trabalhar as habilidades financeiras nas diferentes idades, com abordagem adequada, para formar estudantes capazes de usar o dinheiro com ética, empreendedorismo, sustentabilidade e responsabilidade. Não percebo como apenas mais um tema contemporâneo para ser incluído, mas como uma oportunidade de fazer uma transformação social extremamente necessária!

Trabalhar esse tema dentro de sala de aula aumenta o repertório financeiro dos alunos, exercita novas formas de enxergar soluções para desafios financeiros rotineiros, desenvolve o olhar da gratidão, reconhecendo o que se faz, o que se é e o que se tem, diminuindo o impacto negativo dos resultados que o consumismo, o desejo de status e as comparações fúteis podem ter.

As escolas têm o enorme desafio de contribuir para a formação de indivíduos autônomos, proativos e responsáveis, que sejam capazes de aproveitar as oportunidades e superar desafios de forma colaborativa e responsável. A Educação Financeira Comportamental é parte vital do processo de formação necessário para aumentar a qualidade

de vida, reduzir a pobreza, promover o desenvolvimento social, garantir os Direitos Humanos, reduzir os impactos ambientais do consumo.





Se você ainda não trabalha as habilidades financeiras na sua instituição, avalie as possibilidades de inserir essas práticas, que podem começar na Educação Infantil, e colha os impactos sociais positivos que a Educação Financeira Comportamental é capaz de gerar. Usar bem os recursos permite às pessoas ter o dinheiro suficiente hoje e no futuro. E, perceber e definir o que é o suficiente é algo individual, íntimo e ligado aos valores; depende de autoconhecimento, de autocontrole e da gratidão. É uma jornada repleta de escolhas e resultados que vão muito além do nosso consumo e bem-estar, passando a ser uma jornada transformadora!

É por tudo isso que, desde 2013, a Oficina de Finanças está empenhada com educadores de todo o Brasil, para que a Educação Financeira na escola vá muito além de um tema contemporâneo exigido pela BNCC e contribua, significativamente, com a vida de estudantes, professores, famílias e toda a comunidade escolar.

**Acesse o site
no QR Code
ao lado**



**Acompanhe
nossas redes
sociais e
mantenha-se
informado sobre
formações,
notícias e
informativos
da ANEC.**

-  www.anec.org.br
-  [/anecbrasil](https://www.instagram.com/anecbrasil)
-  [/Comunicacaoanec](https://www.youtube.com/Comunicacaoanec)
-  [/Educacaocatolica](https://www.facebook.com/Educacaocatolica)



NOSSOS LINKS



trilhas

Um sistema de ensino **FTD**

LANÇAMENTO

ENSINO MÉDIO

Qual é a sua trilha?

PASSAR NO VESTIBULAR

TER HISTÓRIAS PARA CONTAR

DESVENDAR OS BIOMAS DE UMA ILHA

DESENHAR

CONSTRUIR UM PROJETO DE VIDA

SER O ORGULHO DA FAMÍLIA

A trilha certa para um mundo de possibilidades.



Seja qual for a sua trilha, nós estaremos sempre ao seu lado para fazer dessa jornada um aprendizado ainda melhor.



SAIBA MAIS:
trilhase.ftd.com.br

